

# Educado no campo

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



**Escola rural** João Arthur é aluno de Salete dos Santos numa pequena escola na Colônia do Fraga, a 30 minutos de estrada de chão batido do município sede de Carará, Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Numa realidade por muito

tempo relegada ao segundo plano, as escolas do campo são atualmente alvo de uma série de políticas governamentais e iniciativas que pretendem, em vez de fechar essas instituições, valorizá-las como núcleos aglutinadores de comuni-

dades rurais. Parte desse cotidiano são as turmas multisseriadas, as relações mais próximas entre professores e alunos e os modelos alternativos de ensino e de aprendizagem. *CadernoJU*



**PESQUISA**

## Comitês avaliam implicações éticas

P7

**SAÚDE ALIMENTAR**

## Dieta com ou sem carne?

A adoção de dietas vegetarianas é normalmente associada a benefícios à saúde. Especialistas, contudo, divergem sobre quais são de fato os malefícios da carne. Estudos mostram que a qualidade do produto e o teor de gordura é que devem ser objeto de atenção, enquanto nutricionistas indicam que a alimentação é um hábito socialmente construído. *P11*

**LITERATURA**

## Clássicos mais acessíveis

Comuns ao redor do mundo, as adaptações de clássicos literários ainda hoje geram controvérsias entre críticos literários e escritores no Brasil. Professores de Literatura observam a estratégia como uma boa forma de introduzir esse tipo de texto aos leitores principiantes e destacam a necessidade de um projeto de ensino que incentive a leitura e a discussão de texto em sala de aula. *P13*

**INTERNACIONAL**

## Países membros dos BRICS criam banco de desenvolvimento

P10

**17 anos**

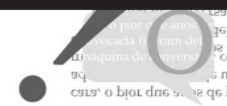
JU celebra aniversário com sessão de filme de Jorge Furtado **P3**

**Entrevista**

Jorge Dubatti: "A linguagem própria do teatro torna-o imprescindível" **P9**

**Artigo**

Céli Pinto analisa a importância do Horário Eleitoral Gratuito **P4**



## Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto  
Reitor

# Responsabilidade social e internacionalização

Reitores de mais de mil instituições de ensino superior oriundos de 33 países estiveram reunidos durante dois dias no Rio de Janeiro no final de julho para debater o presente e o futuro das universidades ibero-americanas, potencialidades, limitações e integração com os demais sistemas universitários de outros continentes. A Carta Universia Rio 2014 (<http://bit.ly/1n6IO4X>), documento que apresenta questões estratégicas e propostas lá discutidas, constitui uma rica fonte de reflexão e de inspiração; e, neste aspecto, chamo a atenção para duas questões-chave abordadas no encontro: a consolidação do espaço ibero-americano do conhecimento e a responsabilidade social da universidade.

A integração dos países deve envolver, necessariamente, a interação acadêmica por meio de programas de mobilidade, de cursos compartilhados e de projetos de pesquisa cooperativos. De outra parte, tais iniciativas podem ter como substrato as exigências das sociedades em que estão inseridas as universidades, tais como inclusão social, desenvolvimento sustentável, bem-estar e proteção ao meio ambiente. Assim, a internacionalização acadêmica transforma-se numa estratégia importante para desenvolver a própria missão da universidade. Sabedora da importância desses preceitos para todos os que trabalham com Educação, a UFRGS vem mantendo ao longo do ano uma extensa e diversificada programação alusiva aos seus 80 anos, de forma a mostrar à comunidade que

está internacional e socialmente comprometida.

O mês de setembro inicia com a Aula Magna, ministrada pelo escritor moçambicano Mía Couto, com seu discurso suave e profundo, em que propõe reflexões sobre memórias, histórias e futuro. Na mesma semana, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos ministra conferência sobre as epistemologias do Sul e as ciências sociais do futuro, brindando o público com suas ideias sobre o mundo atual a partir das mobilizações protagonizadas pelos jovens nos últimos cinco anos.

Também fazem parte dessa programação duas reuniões da Associação das Universidades do Grupo Montevideo (AUGM), da qual a UFRGS ocupa a vice-presidência. Como instituição fundadora desse grupo de trinta universidades públicas de países do Mercosul, sedia o Seminário Internacional Universidade-Sociedade-Estado, evento anual da associação com o intuito de estabelecer e fortalecer vínculos entre acadêmicos e representantes do Estado e da sociedade. O tema do encontro, aberto à participação de todos, é *Construir o Bem Viver: Desenvolvimento Sustentável para Integração Regional do Cone Sul*. Após, os reitores da AUGM realizam reunião ordinária para debater projetos e ações. Com essa iniciativa, acreditamos que estamos dando passos importantes para assumirmos uma posição de destaque no cenário acadêmico ibero-americano e assim podermos melhor cumprir nossa missão social.

## Artigo

# Implicações do letramento literário

As especializações têm originado a compartimentação na educação, gerando novas disciplinas e exigindo adequações da escola. A Literatura foi atingida recentemente. No entanto, há um movimento no contrafluxo: uma volta à busca do geral, do amplo, do interdisciplinar. Para entender esse fenômeno, é necessário conhecer um conceito estruturante: o letramento.

Inicialmente citado nos trabalhos de Barton, Street, Gee e Heath, teóricos dos *Novos Estudos do Letramento*, o termo foi usado pela primeira vez por Mary Kato na obra *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, publicada no Brasil em 1986.

No entanto, a diferença entre alfabetização e letramento começou a ser estabelecida na literatura brasileira em 1988 na obra *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*, de Leda M. Tfouni. A partir daí, a alfabetização restringe sua abrangência terminológica, referindo-se ao processo pelo qual o indivíduo adquire o domínio de um código e de habilidades para utilizá-lo na leitura e na escrita. O letramento abarca a aquisição dessa tecnologia e seu uso competente nas práticas sociais de leitura e escrita como um processo contínuo das sociedades letradas.

Visto como uma prática social, o letramento literário é considerado responsabilidade da escola. O conceito é mais complexo do que a ideia contida na atual disciplina de literatura escolar. Esta, prevista nos currículos do ensino médio e em alguns casos incluída nas

aulas de Língua Portuguesa do ensino fundamental, não raro é usada como ferramenta para ensinamentos linguísticos. O primeiro aponta para o uso prático do conhecimento advindo com as leituras.

Assim, há a necessidade de que o ensino de literatura na educação básica não se resume a aulas essencialmente informativas, nas quais os alunos apenas leiam excertos de textos pré-escolhidos em livros didáticos, com raras oportunidades de leituras de textos integrais. É preciso tomar cuidado para não descaracterizar a literatura, não apresentá-la desvinculada do contexto discente ou relacionada somente às características da época do texto ou de seu autor.

O maior benefício da leitura literária é o diálogo entre leitor e texto. Porém, só a leitura não garante o letramento literário; é fundamental uma exploração da obra para a troca de sentidos e o compartilhamento de visões de mundo. E esse é o papel da escola: ensinar essa atividade. Para tanto, o professor pode se apoiar em três critérios: o cânone, a atualidade da obra e a diversidade.

O primeiro é referente à herança cultural; não se pode ignorar o cânone na hora da seleção dos livros, nem é prudente se ater somente a ele. O segundo prevê a atualidade do texto, pois esse fator gera a facilidade ou o interesse pela leitura, quer dizer, as obras contemporâneas são aquelas escritas e publicadas em nosso tempo, enquanto as atuais são aquelas que têm significado em nosso tempo,

independentemente da época em que foram escritas ou publicadas. E o terceiro inclui a diversidade como princípio, pois a pluralidade de autores, obras e gêneros se constitui na direção mais popular.

Após a seleção da obra, a sistematização de atividades permite ao professor acompanhar o andamento do processo e atender individualmente. São quatro os passos da sequência: *motivação, introdução, leitura e interpretação*.

O sucesso inicial do encontro do leitor com o livro depende de *motivação*, e a atuação do professor pode ser decisiva nessa fase, seja discutindo ou apontando um tema, contando alguma passagem interessante, mostrando edições do mesmo livro, seja pelo uso de material publicitário ou de depoimentos retirados de jornais e revistas.

A *introdução* é a apresentação física do autor e do texto aos alunos. É o momento em que o professor chama a atenção para a capa, a orelha, a contracapa e para outros elementos paratextuais (apreciações críticas, prefácios, notas sobre o autor).

A *leitura* é a etapa seguinte. Sugiro negociar com os alunos o período de tempo para realizar essa tarefa e aconselho determinar um *intervalo*. Esse pode ser de natureza variada: leitura de textos menores, focalizando o mesmo tema; leitura conjunta de um capítulo. A importância do intervalo está em poder observar os alunos e atender aqueles com dificuldades na leitura.

A *interpretação* precisa ter como princí-

pio a externalização da leitura, isto é, o seu registro, e é constituída de dois momentos. Um interno, de caráter individual – o encontro do leitor com a obra –, que não pode ser substituído por nenhum mecanismo pedagógico, como filmes ou resumos. Outro externo – o registro por escrito.

Há muitas possibilidades de registro que dependem de diversos fatores: turmas, objetivos e obras. No entanto, é preciso variar suas formas para não automatizar a resposta à leitura. Algumas estratégias incluem recontar a história sob outro ponto de vista, recriar o seu final, inserir um capítulo, sugerir alteração de tempo, espaço ou personagens, escrever uma resenha. Essa fase pode ser enriquecida com a contextualização temática, histórica, estilística, poética, crítica ou teórica. Há fatores determinantes, contudo: a abrangência que se deseja com o trabalho e o próprio envolvimento do aluno.

A *motivação*, a *leitura* e a *interpretação* qualificam a interferência da escola no letramento literário; este, mesmo que pareça um ato pessoal, continua sendo social e se constitui um fenômeno cognitivo. O letramento literário é uma especialização que retoma o amplo, o geral, e é interdisciplinar, por isso permite pensar a formação integral do indivíduo.

**Juçara Benvenuti**  
Professora de Literatura do  
Colégio de Aplicação da UFRGS

**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900  
Fone: (51) 3308-7000 | [www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br)

**Reitor**  
Carlos Alexandre Netto  
**Vice-reitor**  
Rui Vicente Oppermann

**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE  
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497 | Email: [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br)

**Conselho Editorial**  
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golín, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

**Editor**  
Flávio Dutra (interino)

**Subeditora**  
Jacira Cabral da Silveira

**Repórteres**  
Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

**Projeto gráfico**  
Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

**Diagramação**  
Kleiton Semensatto da Costa

**Fotografia**  
Flávio Dutra (Editor)

**Revisão**  
Antônio Paim Falchetta

**Bolsistas**  
Gabriel Jesus E. Brum, Gabriel Nonino, Laura Pacheco dos Santos, Martina Nichel e Manoella van Meegen (Jornalismo)

**Circulação**  
Juliana Gonçalves Mota e Vanessa Gastal Fernandes

**Fotolitos e Impressão**  
Gráfica da UFRGS

**Tiragem**  
14 mil exemplares

## Memória da UFRGS



**1950** Alunos da ESEF nas comemorações da Semana da Pátria em foto no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, por volta de 1952. À esquerda, o professor Frederico Guilherme Gaelzer.



# JU comemora aniversário com sessão de cinema

FÁBIO REBELO/DIVULGAÇÃO



No mês em que completa dezessete anos de publicação ininterrupta, o Jornal da Universidade (JU) oferece a seus leitores e colaboradores a projeção do filme *O mercado de notícias*, de Jorge Furtado. O documentário, que trata questões acerca do jornalismo, será exibido no dia 17, às 19h, na Sala Redenção, no Câmpus Centro.

Ganhador dos prêmios de Júri Popular de Melhor Documentário do *PE Festival de Audiovisual 2014*, o roteiro do filme tem como linha condutora a peça homônima de Ben Jonson *The Staple of News*, uma crítica setecentista bem-humorada à atividade do jornalismo.

O filme reúne também os depoimentos de

treze jornalistas brasileiros que falam sobre o sentido e a prática profissional, sobre as mudanças na maneira de consumir notícias, sobre o futuro do jornalismo e também a respeito de casos recentes da política brasileira nos quais a cobertura da imprensa teve papel de destaque. (Entrada gratuita.)

## UFRGS 80 anos

### Aula Magna com Mia Couto

Autor publicado e traduzido em mais de 20 países e único escritor africano membro da Academia Brasileira de Letras, Mia Couto profere no dia primeiro de setembro a Aula Magna, abrindo o segundo semestre de 2014 e também celebrando os 80 anos da UFRGS. *Guardar memórias, contar histórias e semear o futuro* é o título que ele escolheu para sua palestra, quando falará à assistência do Salão de Atos sobre sua história e sua obra. A atividade é aberta à comunidade e inicia às 10h.

Quando esteve na Universidade há dois anos, o escritor moçambicano e também biólogo contou a respeito da literatura em seu país, sobre sua atuação como pesquisador e também sobre suas opiniões em relação à ciência: "Sou um apaixonado pela ciência como construtora de uma das narrativas possíveis do mundo. Mas me irrita muito essa ideia de que ela é o discurso que faz provas de verdade. Ela até pode ser a visão mais apurada nessa busca, mas tem de caminhar junto com outros saberes. A literatura que faço é um trabalho de síntese desses olhares", afirmou à reportagem do JU.

## Integração

### UFRGS recebe seminário do Grupo Montevideu

Dentro da programação de 80 anos da UFRGS, ocorre de 10 a 12 de setembro o *Seminário de Desenvolvimento Sustentável para a Integração Regional do Cone Sul da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM)*. Além de discutir temas de interesse, a ideia do encontro é formar vínculo entre acadêmicos, representantes do Estado e da sociedade, gerando propostas a serem enviadas e discutidas por outras instituições e instâncias de governo dos países aos quais pertencem as Universidades membros da AUGM.

De acordo com o secretário executivo Álvaro Maglia, o propósito desse tipo de evento traduz o espírito da própria Associação, que trabalha com a população organizada e com os agentes políticos do Estado. "Nesse triângulo academia, Estado e sociedade, cabe à academia tomar temáticas de demandas sociais e gerar avanços conceituais de modo que possibilitem a formulação de políticas públicas que resolvam as demandas", comenta.

A AUGM foi criada há 23 anos, buscando, desde então, contribuir para o fortalecimento da

universidade pública por meio da integração e da aproximação dessas instituições com a sociedade. Segundo o secretário executivo da AUGM, as estratégias adotadas pela organização para atingir esse objetivo envolvem grupos de pesquisa interinstitucionais, mobilidade de estudantes e pesquisadores e o fortalecimento de ações de aproximação regional. Atualmente, fazem parte da Associação 31 instituições públicas de ensino superior da Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Paraguai e Brasil.

## Seminário

### Uma abordagem interdisciplinar da Justiça

De 17 a 19 deste mês, a UFRGS sediará o *Seminário Internacional Justiça: desafios teóricos e institucionais*. Esse encontro está inserido num projeto maior que reúne professores e estudantes dos cursos de Direito, de Economia e de Filosofia da Universidade. As palestras, abertas à comunidade, serão realizadas no Salão Nobre da Faculdade de Direito e no auditório da Economia.

Ao longo dos últimos cinco anos, o grupo vem atuando de forma interdisciplinar, agregando

pensadores de outras áreas, como da Sociologia, da Educação e da Psicologia. Segundo Alfredo Storck, professor do curso de Filosofia e um dos organizadores do *Seminário*, um dos fatores que levaram à criação do grupo foi o trabalho que vinha sendo desenvolvido por estudantes de Economia, liderados pelo professor e economista Flávio Comim.

"Eles estavam trabalhando questões de justiça, inspirados na obra do economista indiano Amartya Sen, prêmio Nobel 1998,

muito ligado ao filósofo norte-americano John Rawls", detalha Storck. Primeiramente, a temática despertou o interesse de estudantes do curso de Filosofia, aumentando a aproximação dos cursos em 2009. Na sequência, foi criado um grupo de estudos junto ao CNPq, tematizando justiça econômica e justiça social – atualmente, cinco professores coordenam o grupo, além de Comim e Storck: Sabino Porto Júnior, da Economia, Vladimir Barreto Lisboa e Paulo Batista MacDonald, do curso de Direito.



UFRGS TV

## Conhecendo a UFRGS

### Comprometido com a EAD

A educação a distância (EAD) tem crescido nos últimos anos no Brasil. Com as novas tecnologias de informação e comunicação, cada vez mais professores e instituições estão aderindo a essa modalidade de ensino. Em 2009, a Secretaria de Educação a Distância da UFRGS criou o NAPEAD, o Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação a Distância. Localizado no Câmpus do Vale, tem como objetivo dar suporte às atividades EAD para professores, servidores e estudantes da Universidade.

Com recursos humanos e tecnológicos, o NAPEAD trabalha na produção de objetos digitais de aprendizagem, com ênfase em hipertextos, animações e vídeos. O uso dos objetos faz com que o aluno tenha uma interação melhor com o ambiente digital, principalmente com o conteúdo didático, além de possibilitar outras formas de aprendizado. Contando com bolsistas de diversas áreas, o Núcleo envolve programadores, ilustradores, animadores e especialistas em vídeo. "Nossa missão é ajudar professores e servidores da UFRGS a implementarem ações a distância. A gente produz soluções de acordo com a necessidade pedagógica dos proponentes dos projetos", explica Gabriela Perry, atual coordenadora do NAPEAD.

A secretária de Educação a Distância da UFRGS, Márcia Lúcia Fernandes Carneiro, conta que a inserção da tecnologia no ensino e na aprendizagem auxilia tanto o professor como o aluno: "O Núcleo foi criado para apoiar a produção de materiais didáticos digitais na Universidade com a ideia de que esses materiais possam ser usados para qualificar a educação a distância por meio do apoio às atividades de ensino e aprendizagem dos professores. Quando o professor os conhece, esses recursos auxiliam seu trabalho, assim como aproximam seus alunos. Essa inserção é um trabalho que a Secretária de Educação a Distância evidencia, se esforça e apoia para ampliar dentro da Universidade".

Gabriela Gil da Silveira, *estudante do 5.º semestre de Jornalismo*

## Assista aos programas

Conhecendo a UFRGS vai ao ar no dia 23 de setembro, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA



# Bem-vindo ao Horário Eleitoral Gratuito!

Céli Regina Jardim Pinto\*

Dia 19 de agosto começou o Horário Eleitoral Gratuito de rádio e televisão, que se estende até dois de outubro, três dias antes do primeiro turno das eleições de 2014. Durante esse período, a programação do rádio e da TV aberta é interrompida duas vezes ao dia para que os candidatos à Presidência da República, a Senador, a Governador, a Deputado Federal e Estadual apresentem-se aos eleitores.

A lei garante dois blocos de 50 minutos na TV (às 13h e às 20h30min) e de 30 minutos no rádio (às 7h e ao meio-dia). A divisão do tempo tem duas metodologias: 1/3 é igualmente dividido entre coligações ou partidos quando estes concorrem isolados. Por esse critério, em 2014, cada candidato à Presidência da República tem garantidos 15 segundos e 6 centésimos. Os 2/3 restantes são divididos de acordo com o número de deputados que partidos, coligados ou não, fizeram nas últimas eleições, no caso, em 2010. Em decorrência desse critério, os três principais candidatos à Presidência da República têm os seguintes tempos: Dilma Rousseff, 11min24s; Aécio Neves, 4min35s; coalizão liderada pelo PSB, 2min35s. Os demais candidatos têm tempos que variam entre 1min e 45s.

Volta, assim, à ordem do dia, uma velha lenga-lenga contra o Horário Eleitoral, que passa primeiro pelos grandes meios de comunicação, que se sentem prejudicados em seus interesses comerciais com a alteração da grade de suas programações. Mas também há uma queixa espalhada entre a população, que vê seu cotidiano televisivo interrompido. O discurso é sempre o mesmo: todos os candidatos são iguais, prometem mundos e fundos que não cumprem, só sabem roubar, são corruptos, são ridículos, tudo é feito por marqueteiros, tudo é uma farsa.

Mas, se tudo é farsa, se ninguém assiste, por que os candidatos lutam tanto por coligações que garantam mais alguns segundos na TV e no rádio? Se o eleitor realmente não dá a menor importância ao Horário Eleitoral gratuito, por que então os candidatos disputam tanto alguns poucos segundos?

Gostaria de começar a analisar a questão da Propaganda Eleitoral Gratuita por uma

afirmação: a propaganda é tão importante para os candidatos quanto para os eleitores, e mais, é uma conquista para a democracia. Ela existe em muitos países, com diferentes formatos. Em alguns, também é possível, além do tempo gratuito, comprar tempo de TV. Nos Estados Unidos, entretanto, todo o tempo é comprado. A gratuidade total, como no Brasil, é um princípio democrático fundamental.

Todavia, se esse modelo tem muitas qualidades, a lei em que se insere permite deturpações que não podem deixar de ser apontadas. É correto argumentar que os programas tornaram-se atrações televisivas de altíssimo custo, sendo um dos itens importantes para colocar as eleições brasileiras como uma das mais caras do planeta. Também é correto afirmar que o mundo do marketing e dos “assessores” domina a cena: imagens, músicas, apelos emocionais tomam o espaço do discurso com conteúdo político e programático. O valor exorbitante dos programas é resultado de campanhas eleitorais que obedecem a uma lei que não impõe qualquer limite aos gastos legalmente comprovados. Os candidatos, já na inscrição, inflacionam o preço de suas campanhas quando são obrigados a fazer uma previsão de gastos para depois buscarem financiamento a custo muito alto no mercado.

Mesmo reconhecendo que o Horário Eleitoral Gratuito, ao longo dos anos, sofreu graves deturpações, ainda assim sobram-lhe qualidades para ser defendido como um componente positivo do processo eleitoral brasileiro. Elencarei duas que penso serem as principais: a primeira é o simples fato de que, por meio da mídia, os candidatos se dão a conhecer, ou, se já são conhecidos, se fazem lembrados. Apesar do marketing, das cenas piegas e das músicas algumas vezes infames, os candidatos se mostram, dizem a que vêm, dão o tom de sua participação. Até um eleitor não muito atento à vida política, após duas ou três semanas de programação, é capaz de fazer algum juízo sobre os candidatos principais e apontar razões para críticas ou apoios. Muito pode ser visto em meio à parafernália televisiva.

Uma crítica muito comum é que, nos programas, aparece muita «baixaria». Isso é verdade, mas o que também merece atenção é o fato

de que elas não nascem nos programas, elas circulam nas campanhas e, algumas vezes, são plantadas pelos agentes apoiadores de um ou outro candidato. Outras vezes, são boatos que aparecem fantasiados de notícias em um tipo de mídia pretensamente imparcial. O Horário Eleitoral Gratuito é o lugar para denunciar as baixarias, os boatos, as denúncias anônimas. Portanto, para os candidatos, é um espaço privilegiado, mas não o seria se o eleitor não desse credibilidade a ele, e aí está a segunda razão da importância.

O programa inaugura o tempo da política; a partir dele as pessoas começam a falar de política, a se informar sobre os candidatos, a pensar nas eleições. Conversar sobre política é fundamental para a democracia. Certamente o programa não é um campeão de audiência, mas também não é, de forma alguma, o fracasso que alguns grupos, principalmente da grande mídia, desejam fazer crer. A TV fica ligada, há sempre pessoas que veem e comentam. Elas podem não ver todos os dias, mas veem alguns e, mesmo sem se darem conta, começam a participar de um debate público. O rádio é um companheiro de trabalho, de longas horas no trânsito, ouvido em todas as mídias.

Muitos leitores podem estar pensando que agora o importante não é mais a TV, mas a internet, o twitter, o facebook, o whatsapp. Sem dúvida, nas próximas eleições, a presença desses meios será maior do que nunca, pois o crescimento do número de brasileiros com acesso à internet e ao celular é surpreendente, mas é um engano pensar que eles serão os grandes atores desta eleição. Há uma distância entre a expansão da internet, das mensagens no twitter e no whatsapp e o uso cotidiano desses meios como forma de informação e mobilização.

Pesquisas mostram a importância que essas ferramentas tiveram nos eventos de junho de 2013, quando houve muita comunicação via celular e alguns blogs e páginas de facebook, nacionais e internacionais, articularam muitas das ações. Mas como isso se converteria em ferramenta na propaganda eleitoral?

Para responder a essa pergunta, não se pode perder a dimensão do eleitorado brasileiro em relação aos usuários de ferramentas da internet como meio de informação e discussão

de temas públicos. Somos 141.824.607 eleitores aptos a votar em 5 de outubro de 2014, segundo os dados do TSE. O entusiasmo com a internet e suas ferramentas pode levar a certa confusão entre mandar fotos e selfies, marcar encontros, trocar frases melosas de autoajuda, na maioria das vezes falsificando autores, com um uso habermasiano do espaço público. Certamente há uma enorme potencialidade a ser explorada pelos usuários da internet, mas isso, parece, ainda ficará no campo potencial.

Mesmo reconhecendo que parte dos usuários esteve envolvida em debates públicos nos eventos de junho de 2013 no Brasil, é preciso ter clareza de que os grupos de jovens que participaram entusiasticamente negavam as instâncias da democracia representativa, que tem nas eleições o momento máximo de participação. Nos blogs e páginas de facebook do Movimento Passe Livre, do Black Block, dos Anonymous e do Bloco de Luta, por exemplo, há posições radicais de crítica à política e à representatividade facilmente perceptíveis no texto atual do blog do Bloco de Lutas: “Às vésperas das eleições e em meio a um momento de tensão e forte repressão estatal e policial – a Copa do Mundo –, o Bloco de Lutas mostra com esse evento a possibilidade de fazer política de maneira diferente, por fora dos velhos instrumentos eleitorais e representativos, que priorize a organização desde baixo e o debate com a população na construção de projetos de iniciativa popular” (<<http://bloco deluta.noblogs.org>>, acessado em 9 de agosto 2014).

Em síntese, nada leva a pensar que os grupos que se articularam no ano passado tenham qualquer intenção de mobilizar o eleitor em 2014. A profícua discussão que acontece via internet busca novas formas de participação, um alargamento da inclusão, o reconhecimento, e não a luta pelo voto na urna. Portanto, sem desprezar as novas mídias, elas não deverão ser o principal canal de instauração do tempo da política. O debate ainda será muito centralizado no Programa Eleitoral Gratuito de rádio e televisão e nos debates entre candidatos, mas isto já é tema para outro artigo.

\*Doutora em Ciência Política e Professora do Departamento de História do IFCH/UFRGS



# Migração verde

**Sustentabilidade** *Especialistas criticam compensações ambientais para remoções de árvores*

Diversos ecologistas consideram o equilíbrio entre o que é natural e o que é criado pelo ser humano como o cenário urbano ideal. Comprovadamente, as árvores têm papel fundamental na manutenção do meio ambiente. Beneficiam diretamente as pessoas, amenizando a poluição sonora, reduzindo o estresse e até a pressão arterial, apontam estudos. Todavia, como apregoa a expressão popular, nem tudo são flores. O embate entre o progresso humano e a preservação ambiental é cada vez mais presente, e com ele eclodem questionamentos sobre o impacto das alterações no clima e na qualidade de vida das cidades.

Professor de Ecologia do Instituto de Biociências da UFRGS, Heinrich Hasenack argumenta que as árvores têm como função amenizar o efeito da chuva e o aquecimento do solo para que a superfície absorva o mínimo de calor. A progressiva substituição de áreas verdes por construções, no entanto, implica modificações microclimáticas que afetam desde a umidade relativa do ar até a ventilação das cidades. “O aspecto significativo é o volume de concreto que passa a substituir uma superfície que antes era natural. Recomenda-se intercalar espaços construídos com verdes, seja para lazer, para a qualificação do ar, para a amenização térmica ou para servir de trampolim à fauna. A ideia é fazer uma cidade permeável, mas a gente vê que ela está cada vez mais compacta, menos sustentável, pois se gasta mais energia com refrigeração, crescem os problemas com a poluição do ar e cada vez é preciso se andar mais para chegar a uma área verde e passear”, explica.

Em Porto Alegre, diversas árvores foram cortadas recentemente. A duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva e a ampliação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) são exemplos de intervenções que causaram a remoção de áreas arborizadas. Entretanto, as compensações ambientais para abrandar a subtração das árvores de seus locais de origem, na forma como se apresentam, geram críticas por parte de especialistas.

**Compensações** – O presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), Alfredo Gui Ferreira, é reticente quanto às compensações

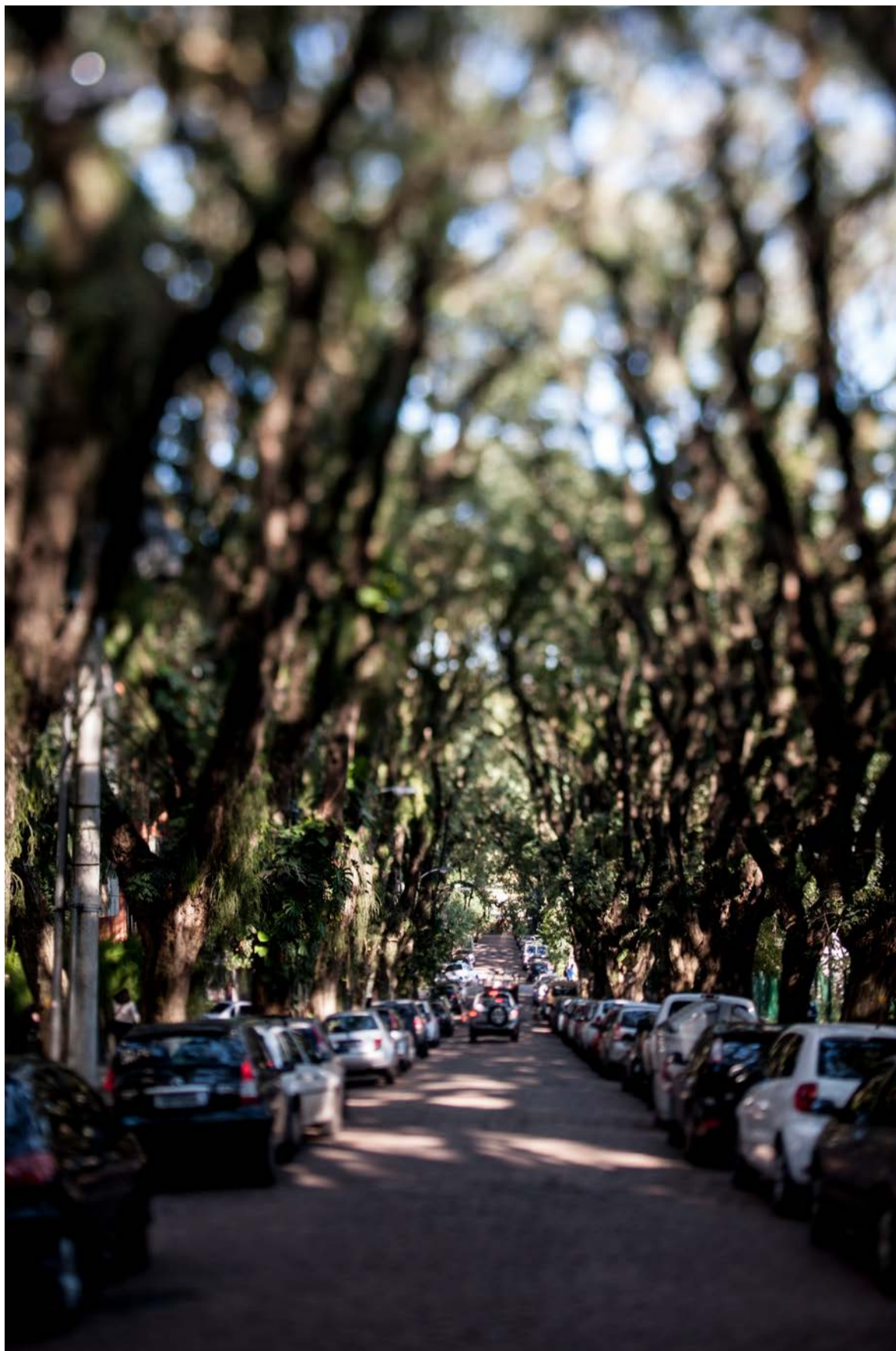
feitas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) de Porto Alegre. Segundo o ex-professor de Botânica da UFRGS, 80% do que é plantado no espaço urbano acaba morrendo devido, principalmente, à falta de acompanhamento. Ele também julga ineficiente plantar em morros distantes o que foi retirado dos centros urbanos, devido ao caráter de atuação local que as árvores têm.

A interferência na vida das aves adaptadas à cidade – que acabam não emigrando em decorrência das construções e da falta de árvores – também é questionada pelo presidente da entidade. Conforme o botânico, a maioria dos pássaros é de voo curto. Assim, apenas com uma rua arborizada as espécies emigrarão de um lado a outro, ocasionando uma mistura genética de material que as fortifica. Do contrário, se ficarem isoladas, acabarão formando casamentos parentais, prejudiciais às próximas gerações.

De acordo com levantamento divulgado pela SMAM, as espécies de árvores mais frequentes na capital são a extremosa e o ligustro, que, juntas, abarcam quase 40% da arborização existente na cidade. Alfredo aponta que a escolha de determinados tipos de árvores pode afugentar algumas aves, pois estas buscam habitação, geralmente, em exemplares maiores. “Muitas vezes, as espécies menos robustas não servem sequer de apoio para o deslocamento, pois elas ficam muito perto do movimento, do trânsito. Então, ao se procurar em extremosas e ligustros, dificilmente se encontrará algum ninho”, sentencia.

Supervisor de Meio Ambiente da SMAM, Mauro Gomes de Moura afirma que os tipos de árvores são escolhidos de acordo com a estrutura arquitetônica do local em que ocorrerá o plantio. A fiação aérea e a manutenção que terá de ser empregada são os principais pontos analisados antes de se efetuar qualquer ação, visto serem motivos de grande preocupação posterior.

**A rua mais bonita do mundo** – Constituída de enormes árvores da espécie tipuana, enfileiradas ao longo de suas calçadas, formando um longo túnel verde, a Gonçalo de Carvalho, localizada no bairro Independência, ganhou o apelido



Moradores da Gonçalo de Carvalho pedem fiação por via terrestre e reclamam manutenção

de “a rua mais bonita do mundo”, após imagens suas circularem pela internet. Advinda do blog *Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho*, formado por moradores que lutavam contra a derrubada de árvores locais, a projeção que as fotos alcançaram foi fundamental para o sucesso do movimento iniciado em 2005. Um ano depois, a via foi declarada Patrimônio Histórico, Cultural, Ecológico e Ambiental de Porto Alegre.

Apesar de ser considerada ponto turístico da cidade, a Gonçalo de Carvalho sofre com a falta de manutenção vegetal, informa o integrante da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência (AMABI) Marcelo Ruas. “Esses tempos, caiu um galho em cima do meu carro, que ficou todo amassado. Não podemos fazer nada, pois corremos o risco de sermos multados, mas a SMAM também não vem mexer. Cansamos de solicitar a poda. Moro há 12 anos aqui e nunca apararam as árvores”, reclama.

Juntamente com o vizinho Ney Ferreira, Marcelo salienta que constantemente há falta de

luz devido ao encontro de cabos de energia com os galhos e que, apesar de já terem proposto a fiação por via terrestre, não há perspectiva de mudança. Ambos sublinham a temperatura mais amena, a sombra e a bela paisagem encontrada como os principais benefícios de se morar em um local tão arborizado, mas lamentam o fato de a rua não ser explorada de maneira adequada, visto que é um espaço muito requisitado pelos turistas.

**SMAM** – Responsável por proteger o sistema natural e controlar a qualidade ambiental de Porto Alegre, a SMAM justifica a compensação em locais mais afastados devido ao fato de muitas vezes não haver área verde disponível para plantio nas proximidades das extrações. A proporção de mudas plantadas com o objetivo de suprir o que fora cortado oscila conforme a espécie da árvore, ficando entre quatro e 16 para cada vegetal retirado, com preferência para as espécies nativas. O acompanhamento é realizado constantemente e por

tempo indeterminado, garante o supervisor de Meio Ambiente Mauro Gomes de Moura.

Ele sustenta que a manutenção dos vegetais é feita em todas as ruas da cidade e assegura que a Gonçalo de Carvalho está incluída no processo. Admite, no entanto, que há dificuldades de atuação no local, por conta dos procedimentos que devem ser tomados, como o contato com a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), o bloqueio da via e o acesso complicado às árvores. O dirigente concorda que o cenário atual enseja alterações no clima urbano, mas indica que elas são fruto das escolhas tomadas pela sociedade, ora visando às construções, ora ao ambiente natural. Sobre as contestações que a SMAM sofre por parte de algumas associações, dispara: “Todas as pessoas que estão aqui fizeram concurso público, são especializadas. As ONGs pensam que a gente está brincando, mas ninguém faz ‘onguismo’ por aqui”.

Gabriel Jesus E. Brum, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



# Presença no litoral

**Expansão** Início das aulas em novo câmpus efetiva a atuação da UFRGS fora de Porto Alegre

Everton Cardoso

O mês de setembro de 2014 representa, para a UFRGS, um marco único: iniciam-se as aulas no Câmpus Litoral Norte, o primeiro fora de Porto Alegre. Tal como tem acontecido com o Rio Grande do Sul, de maneira geral desde meados do século XX, também a Universidade estabeleceu suas primeiras relações com a região costeira primeiramente por sua vocação turística: em 1958 foi construída no balneário de Tramandaí uma colônia de férias pensada para o lazer de servidores e estudantes. Essa aproximação com o mar, no entanto, começou a se modificar a partir do final da década de 1970, quando das primeiras atividades que, depois, dariam origem ao Ceclimar – instalado desde 1983 em Imbé. Desde então, a aproximação com Tramandaí e a região, em termos acadêmicos, foi aos poucos se estreitando com a criação do curso de Ciências Biológicas com ênfase em Biologia Marinha e Costeira e em Gestão Ambiental Marinha e Costeira, oferecido em cooperação com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Na avaliação do vice-reitor da Universidade e pró-reitor de Coordenação Acadêmica, Rui Vicente Oppermann, esse novo passo é sinal de que se aproxima ainda mais a relação que a Universidade já mantinha com a região nos seus três eixos de atuação – ensino, pesquisa e extensão. “A decisão de expandir essas atividades na forma de um câmpus tem origem na política da administração federal, a partir do Governo Lula, de ampliar a atuação das instituições federais de ensino superior com a criação de novas universidades ou com a expansão das existentes”, explana. A partir dessa perspectiva, a UFRGS identificou duas regiões que não eram contempladas por instituições federais de ensino superior: o Litoral Norte e a Serra. “A opção por iniciarmos esse processo pelo litoral se deve a essa ligação que existia anteriormente e também ao fato de a comunidade

de lá ter-se organizado rapidamente”, justifica. Tanto é que a UFRGS recebeu da prefeitura de Tramandaí uma área de 15 hectares para suas instalações. “Para a Universidade, é um grande desafio, pois é o primeiro câmpus fora de Porto Alegre”, aponta o vice-reitor.

Para a diretora do Câmpus Litoral Norte, Dalva Padilha, este é um projeto importante para a Universidade. “É algo que vai mudar o perfil da região, e não temos dúvida do papel importante que essa expansão tem para a UFRGS também”, aponta. A professora diz que este é um momento em que, pela dimensão do passo que a instituição dá, está sendo observada com muita atenção por diversos segmentos. Ao que Rui acrescenta para asseverar o quanto este é um momento importante: “A Universidade sempre foi muito cuidadosa no que faz, principalmente

no que se refere a coisas novas”. Dalva, inclusive, enfatiza o perfil qualificado da equipe que está sendo formada e o entusiasmo desses profissionais como evidências de que há boas perspectivas para esse processo de expansão. A intenção é que, em cinco anos, o câmpus conte com 1.500 estudantes somente na graduação, sem contar as possibilidades advindas das atividades extensionistas e de pós-graduação, que já aparecem como planos.

**Desenvolvimento regional** – Talvez a principal particularidade do novo câmpus da Universidade seja a opção por um modelo de formação em nível superior não baseado nos formatos de graduação já oferecidos na sede, em Porto Alegre, mas a partir de uma perspectiva mais ampla. Isso se traduz no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecno-

logia, primeiro curso de graduação com acesso universal ofertado na nova sede – na Licenciatura para a Educação do Campo, o acesso é, por ora, restrito a professores já em atuação na rede pública de ensino. Ao terminar essa etapa de três anos de estudos, o acadêmico poderá dar continuidade à sua formação por meio de ênfases mais específicas, que terão duração de um ano e meio. Estão previstas formações em Geografia para a área energética e também com foco no desenvolvimento regional.

Na avaliação de Rui Oppermann, esse profissional com formação multidisciplinar pode ser capaz de lidar com as particularidades de uma região que é marcada pela sazonalidade e que, por isso, demanda um tipo de planejamento bastante específico. “A sociedade brasileira está se sofisticando e

surgem novas profissões”, diz sobre um profissional que deve estar apto para fazer projetos e elaborar políticas que visem a um desenvolvimento integrado. Dentro do projeto pedagógico do curso, cada graduando traça sua trajetória, escolhendo disciplinas que lhe pareçam adequadas à formação que projeta, sempre tutorado pelos professores. De acordo com Dalva Padilha, a expectativa é receber estudantes de todo o Brasil, já que a entrada para essa graduação será igual aos demais cursos da UFRGS, com acesso universal e por cotas no vestibular, e também por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que utiliza a nota do Enem como forma de seleção. “Ainda que haja carência em algumas áreas na região, esses profissionais devem ser preparados para atuar em qualquer lugar do mundo”, afirma.



Em Tramandaí, Universidade inicia aulas com proposta de novo modelo de formação

FLÁVIO DUTRA/JU

## Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor

antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

### ► Vamos coletar?

Difícilmente se inventam palavras – como *fluifim*, *ensimesmado*, do Guimarães Rosa, ou o *teadorar*, do M. Bandeira. Arrisco dizer que os desapegados da cultura oficial transitam com mais desenvoltura por entre a relva dos neologismos. Guimarães também bebeu com eles. De modo simples, esse fato da língua se faz ou com uma junção de palavras, ou pelo acréscimo de sufixos, ou, ainda, por um deslocamento de sentido – dentro dos significados possíveis para a raiz. *Desnascer* seria uma possibilidade de sufixação, e *amarelar*, um caso de deslocamento de sentido. Há também empréstimos de outras línguas, originando

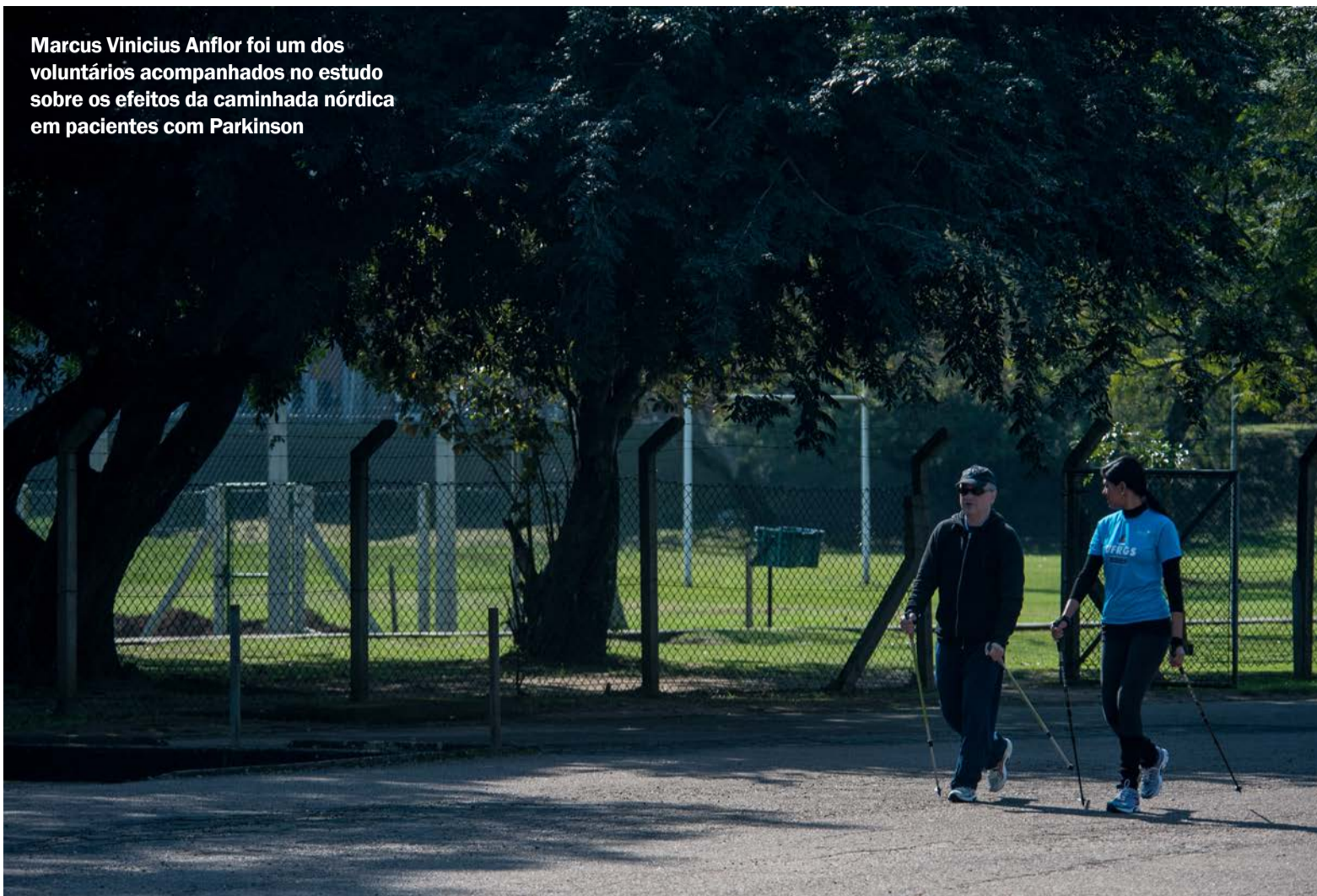
*futebol*, *televisão*, *espiritismo*; como foi *abajur* (do francês abat-jour), de *deletar*, já disseminado para além da informática. “Vou te deletar da minha vida”, pode dizer um dos pares do par ex-romântico. A área das tecnologias, das inovações gera uma profusão de objetos e, portanto, de nomes. Há quem diga que nada existiria sem os nomes. Diante de um nascimento, afinal, somos compelidos a nomear. *Maiquisson*. Nesse campo dos nomes há uma bando de (re/trans)criações. E se inventaram o *mensalão*, a *bolha imobiliária*, o *camelódromo*, o *plugado*, o *tuitar*. Já houve o *brasa mora*, o *pode crer*, que se atualizaram no *tá ligado* (da *juventude transviada* aos *hipsters*). Interessantemente,

gírias marcam identidades. Mas são datadas e desaparecem, permanecendo apenas em seus remanescentes ex-jovens. Nos anos 90, um ministro usou um *imexível*, sendo motivo de pilhéria. Hoje ele tem sua dignidade linguística refeita, e a palavra, seu registro no VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – a lista oficial das palavras da língua portuguesa). A palavra *coletivo* é uma que ganhou recentemente conotação para além da ideia de simples agrupamento: denomina a junção de pessoas por uma causa comum, autoria, apoio, cooperação. O Coletivo de Fotógrafos., o Nós, Mulheres da Periferia. Nesses casos, entendo que *coletivo* traduz um modo de cooperação aainstitucional (criei uma!).

Nesses tempos de confinamento dos seres em seus pequenos aquários de virtualidade, temos de pensar em *inteligência coletiva* (ouvi essa expressão no discurso sensível do paraninfo de formatura recente da Ed. Física). *Coleta* significa junção de indivíduos para o benefício do grupo. Afastamo-nos, com o tempo, dessa ideia de coletivo. Hora de retomar. Podemos, afinal, ser modernos e coletivos. Ou quem sabe *desindividualistas* e *neocoletivos*. De Manuel de Barros: *Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc. Perdoai. Mas eu preciso ser Outros. Eu penso renovar o homem usando borboletas.*

FLÁVIO DUTRA/JU

Marcus Vinicius Anflor foi um dos voluntários acompanhados no estudo sobre os efeitos da caminhada nórdica em pacientes com Parkinson



# Ciência responsável

## Ética Comitês avaliam as implicações de estudos desenvolvidos em humanos

Os 30 voluntários que terminaram o treinamento de caminhada na Escola de Educação Física da UFRGS (ESEF) em julho deste ano eram diferentes daqueles que começaram a primeira etapa do projeto em março. Os participantes são portadores da doença de Parkinson que, entre outros danos, afeta a coordenação motora e a locomoção. Após quatro meses, eles tiveram considerável evolução na mobilidade, na resistência e no equilíbrio. O treinamento faz parte de uma pesquisa que pretende analisar os efeitos da caminhada nórdica – modalidade que usa o apoio de dois bastões – e da caminhada livre em adultos com Parkinson. O estudo foi desenvolvido pela mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano Elren Passos Monteiro. Antes mesmo de conhecer os voluntários, a pesquisadora precisou elaborar um projeto que respeitasse seus direitos. Essa não é uma precaução exclusiva da área da saúde: qualquer pesquisa que envolva seres humanos deve passar previamente por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), presente em universidades e hospitais.

O papel dos CEPs é avaliar a adequação ética e metodológica da pesquisa antes de ser desenvolvida, a fim de garantir a integridade dos voluntários participantes, dos pesquisadores e da sociedade como um todo. “A finalidade do Comitê não é ver se o projeto está bom ou ruim. A sua função é ver se ele tem implicações éticas que possam causar algum dano aos participantes”, aponta Maria da Graça Corso da Motta, atual coordenadora do Comitê da UFRGS. Quando o

projeto é aceito, a Universidade e o próprio Comitê se tornam corresponsáveis. “Muitas vezes os autores, por estarem diretamente envolvidos na questão e terem interesse no desenvolvimento do estudo, não são capazes de avaliar de forma tão clara”, revela Daniela Riva Knauth, professora e pesquisadora das áreas de Saúde Coletiva e Antropologia do Corpo e da Saúde.

O Comitê da Universidade é constituído por pesquisadores e profissionais vinculados à instituição e por um representante da comunidade. Projetos da área biomédica são divididos entre o Comitê da UFRGS e o do Hospital de Clínicas, enquanto o Instituto de Psicologia tem seu próprio CEP. Após cadastrar o projeto no Sistema de Pesquisas da UFRGS e receber a aprovação da respectiva Comissão de Pesquisa, o professor responsável deve registrá-lo na Plataforma Brasil, de onde é encaminhado para o Comitê.

A regulação e o acompanhamento do trabalho dos CEPs no Brasil são feitos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). O órgão surgiu em 1996, quando as diretrizes deixaram de se referir apenas aos estudos relacionados à saúde e passaram a abranger toda e qualquer investigação envolvendo seres humanos. Após essa resolução, pesquisadores começaram a debater sobre a necessidade de haver uma norma complementar específica para estudos nas Ciências Sociais. Em 2012, a resolução sofreu alterações, mas não houve qualquer mudança nessa perspectiva.

José Roberto Goldim é pesquisador de bioética e participou da implantação do Comitê da UFRGS,

em 1997, no qual ainda atua. O professor aponta que a resolução continua sendo muito orientada para a pesquisa biomédica, principalmente a farmacológica. “Na própria montagem da Plataforma Brasil, a área de ciências humanas tem de fazer adequações nos projetos, enquanto para a área biomédica o natural é aquela estrutura.” Outro ponto questionado por pesquisadores de ciências humanas é o fato de eles terem de se reportar a um órgão de controle social da saúde, já que o CONEP é vinculado ao Conselho Nacional de Saúde. No caso da pesquisa com animais, o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal e as comissões de ética das instituições se vinculam ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

### A função dos Comitês não é julgar a qualidade da pesquisa, mas analisar suas implicações éticas

De acordo com o coordenador do CONEP, Jorge Alves de Almeida Venâncio, a relação com o Ministério da Saúde não é uma questão decisiva. “As diferenças entre os vários setores da ciência me parecem menores do que os problemas comuns. Então, essa perspectiva de criar algo separado só para a área de Ciências

Sociais não me parece o melhor caminho”, avalia.

**Cuidado com o indivíduo** – A coordenadora do CEP da UFRGS esclarece que o nível de dependência e vulnerabilidade do participante é levado em consideração. “Independentemente de onde ele esteja, tem de estar protegido. Claro que o nível de risco é diferente, então usamos o bom senso. Se é uma pessoa sábia que só vai fazer uma entrevista, há repercussões, mas é muito diferente de fazer um processo invasivo, como coletar sangue.”

A pesquisa com os pacientes de Parkinson desenvolvida na ESEF envolveu cuidados que foram além da prevenção a quedas e lesões. Foram feitos testes, como exames de sangue, que não eram fundamentais ao estudo, mas serviram para verificar as condições do participante para o exercício físico. De acordo com Leonardo Tartaruga, professor que orientou o trabalho, mesmo os voluntários que não se encaixaram nos critérios para a pesquisa continuaram participando do projeto. “Isso é comum na nossa área. Sempre que possível, tentamos dar um estímulo a eles, mesmo sabendo que não vão ser usados no estudo em si.”

**Assentimento** – Um dos princípios importantes da ética em pesquisa é o da autonomia das pessoas ao participarem do estudo. O regimento dos comitês exige o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que é um documento assinado pelo participante em que devem estar explicitados os detalhes da pesquisa. É fundamental que estejam previstas ações em caso de

consequências para o voluntário. Além disso, ele tem de estar ciente de que nem todo estudo traz benefícios diretos, como aconteceu no projeto da caminhada nórdica.

O processo de consentimento é mais importante que o termo em si. Em casos em que o conhecimento prévio é capaz de enviar os resultados, o TCLE pode ser feito posteriormente. Também é possível haver a dispensa da identificação do participante em estudos sobre práticas ilegais, como aborto e consumo de drogas, por exemplo. No entanto, nem todos os comitês aceitam esses casos especiais por não terem flexibilidade de entendimento. De acordo com Goldim, “todos devem seguir aquele mesmo marco regulatório e têm as mesmas regras de funcionamento, mas as pessoas e a cultura institucional são diferentes”. É fundamental haver profissionais de múltiplos campos nos comitês. Atualmente, há, no Comitê da UFRGS, representantes dos cursos de Ciências Médicas e Biológicas, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da ESEF e da Educação.

**Questão de tempo** – O período de aprovação varia de acordo com o projeto e de CEP para CEP. A coordenadora Maria da Graça aponta que as reuniões do Comitê da UFRGS passaram a ser semanais em razão da alta demanda. Em média, os pareceres são emitidos num prazo de 30 dias, a partir do instante em que os documentos estiverem completos. Aqueles que precisam sofrer alguma alteração retornam ao professor responsável. Nenhum projeto é reprovado, mas, sim, arquivado, caso precise de adequações ou já tenha iniciado. “Eu não tenho dúvida alguma de que hoje em dia o Brasil tem um excelente sistema de avaliação de projetos. O que nos atrapalha é o tempo de burocracia. O nosso sistema é lento”, reclama Goldim.

A pesquisa de Elren passou sete meses no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade. O projeto retornou algumas vezes por necessidade de pequenas alterações no TCLE, já que o documento deve ter uma linguagem de fácil entendimento aos voluntários. A demora no processo impediu que o estudo fosse concluído no tempo previsto, além de fazer com que alguns voluntários desistissem antes de participar.

De acordo com Leonardo, os alunos de mestrado são os mais prejudicados pela demora, já que têm apenas dois anos para fazer as disciplinas e executar o projeto. “Isso complica especialmente na fase de análise dos dados, ao escrever o artigo, terminar a dissertação ou a tese. É geralmente muito acelerado e se perde em qualidade.” Alguns comitês ainda estão em processo de amadurecimento, deixando de se restringir a aspectos meramente burocráticos e se sustentando nas implicações éticas do estudo. “É necessário repensar essas estruturas de forma a não sobrecarregar os CEPs e, ao mesmo tempo, não atrasar o cronograma dos estudos”, observa Daniela.

Martina Nichel, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



# Música para educar

**Aprendizagem Obrigatória nas escolas desde 2008, a disciplina ainda está longe de ser elemento curricular**

Samantha Klein

Ellen, adolescente de 18 anos, acredita que o coral é a parte mais importante da sua vida. Moradora da favela de Perus, em São Paulo, a cantora faz parte do *Guri Santa Marcelina*, projeto que abriga jovens de comunidades em vulnerabilidade social. Ela tem alma de músico, herança do avô, que era cantor erudito e popular. Por outro lado, convive com o fato de o pai ser traficante. “Ele se orgulha muito de ter uma filha que canta no coral do *Guri*. Meu pai não mora com a gente, mas se sente satisfeito ao falar para os parceiros sobre isso. Outros garotos do coral também têm pais traficantes”, ressalta a garota, que começou a soltar a voz no coral da igreja.

O *Guri* é um programa que desenvolve o ensino musical e a inclusão para 13 mil crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos em polos da capital e em cidades da Região Metropolitana de São Paulo. Sob a gestão da Santa Marcelina Cultura, organização que mantém parceria com a Secretaria da Cultura paulistana, a iniciativa proporciona uma educação musical de qualidade aliada a uma ação social que visa transformar a vida dos jovens participantes.

No Rio Grande do Sul, uma ação semelhante, mesmo que com menor alcance, é a *Orquestra Jovem*. Incentivada pelo governo do estado por meio do Banrisul e da Fundação Pão dos Pobres, nela meninos e meninas matriculados na rede pública de ensino têm a oportunidade de fazer parte do mundo das cifras. “Muitos alunos que participam da *Orquestra Jovem* saíram de escolas de periferia e hoje se apresentam em teatros e encontros culturais. Outro exemplo é a orquestra da escola Villa-Lobos, de Porto Alegre, cujos alunos são da comunidade da Lomba do Pinheiro. Mais de 500 jovens participam de atividades, tocando instrumentos, e muitos deles se formaram músicos e dão continuidade a essa semente plantada lá”, destaca a diretora pedagógica da Secretaria Estadual da Educação, Vera Amaro.

Iniciativas como essas colocam em debate o papel da escola ao educar os estudantes para a música. Desde 2008, por lei, todos os colégios precisam disponibilizar entre seus conteúdos o ensino de música, mas não como obrigação no currículo

escolar. Em geral, a música está presente, entre outros conteúdos, na disciplina de Artes.

**Ensino excludente** – A professora do Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS Liane Hentschke ressalta que muitas escolas ainda não têm atividades voltadas para a música no país. Segundo a pesquisadora, conforme coleta de dados com os docentes, vários declararam que cantam com seus alunos, o que não significa que estejam educando para os acordes. Nesse sentido, as canções ganham caráter de recreação, em vez de ensino.

A pesquisadora fala em exclusão quando a música é tratada por meio de projetos como os das orquestras ou dos corais citados acima. Segundo ela, a educação musical precisa estar à disposição de todos, no mais democrático dos ambientes. “No RS, há muitos projetos sociais importantes na área, mas digo que essas iniciativas são excludentes porque apenas uma comunidade restrita tem acesso, enquanto outras ficam de fora. Por isso, a escola é o espaço mais democrático para o ensino de música por abranger um maior número de crianças e adolescentes”, sublinha.

Já a pesquisadora Cristina Cereser, que fez um levantamento a respeito da situação das escolas da capital, acredita que é um problema não ter a música como obrigação curricular. “A lei, como foi escrita, permite que uma aula de História da Música ou a adaptação de um poema para a composição musical sejam considerados ensino de música. Na prática, não são. Quando falamos em ensino, é necessário ir mais

fundo, a partir da experiência real, com diferentes instrumentos e a possibilidade de se formarem músicos ou instrumentistas”, ressalta a pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Música da UFRGS.

Ela estuda a motivação dos professores de música e a presença ou não da tecnologia na sala de aula. Em pesquisa com aproximadamente 40 professores concursados da rede municipal, Cristina averiguou que a tecnologia da informação tem contribuído para atrair crianças e adolescentes para o cenário musical. “Computadores, internet, aparelhos MP3 e projetores são considerados tecnológicos no estudo. A maioria dos docentes trabalha com softwares livres e sites como

Youtube e Vine nos laboratórios de informática”, considera.

**Música é sentimento** – A coordenadora dos centros musicais da capital, Cristina Rolim Wölfenbüttel, ressalta que os 96 colégios da rede municipal contam com atividades voltadas para a música. “A ideia é ter também todas as 41 escolas de educação infantil com professores concursados, formados até o final do ano. Trabalhamos com as características da educação musical ao brincar, escutar e proporcionar a apreciação musical e a composição musical, mas também disponibilizamos instrumentos. Obviamente não queremos excelência dos estudantes, mas eles podem brincar com flauta doce e teclado. Esse é mais

um elemento do desenvolvimento integral, intelectual e sentimental.”

Na mesma linha, a professora Liane Hentschke acredita no papel transformador dos acordes na vida dos estudantes. “A educação musical dá a oportunidade de conhecer outras culturas e repertórios através dela. Acredito que a formação de mais professores e a consciência de pais e diretores de que a música é importante para o desenvolvimento emocional da criança são motivacionais e contribuem para o crescimento lógico cognitivo”, sustenta a coordenadora do *Congresso Mundial de Educação Musical* (ISME 2014), realizado no mês de julho, em Porto Alegre. “Afinal, por que deixar nossas emoções de lado? A educação não pode ser tecnicista”, complementa.

## Formação de orquestras

Cinquenta escolas da rede pública estadual deverão ter orquestras até o começo do próximo ano, a partir da distribuição de kits com 70 instrumentos musicais que começaram a ser entregues pelo estado em julho deste ano. O critério para a escolha das instituições foi a presença de projetos ligados à música ou a existência de bandas em colégios de 41 municípios.

“Muitas vezes, aquele aluno que tem dificuldade de aprendizagem está excluído social e afetivamente, e o professor o ajuda a resgatar a sua autoestima por meio de um projeto social. A música também o auxilia a aproximar-se dos colegas. Percebemos a música como fundamental à vida dos jovens estudantes”, destaca a diretora pedagógica Vera Amaro. Por volta de um quarto das escolas gaúchas possui projetos consolidados em música. Entre as cerca de 2 mil instituições de ensino, 300 têm bandas escolares.

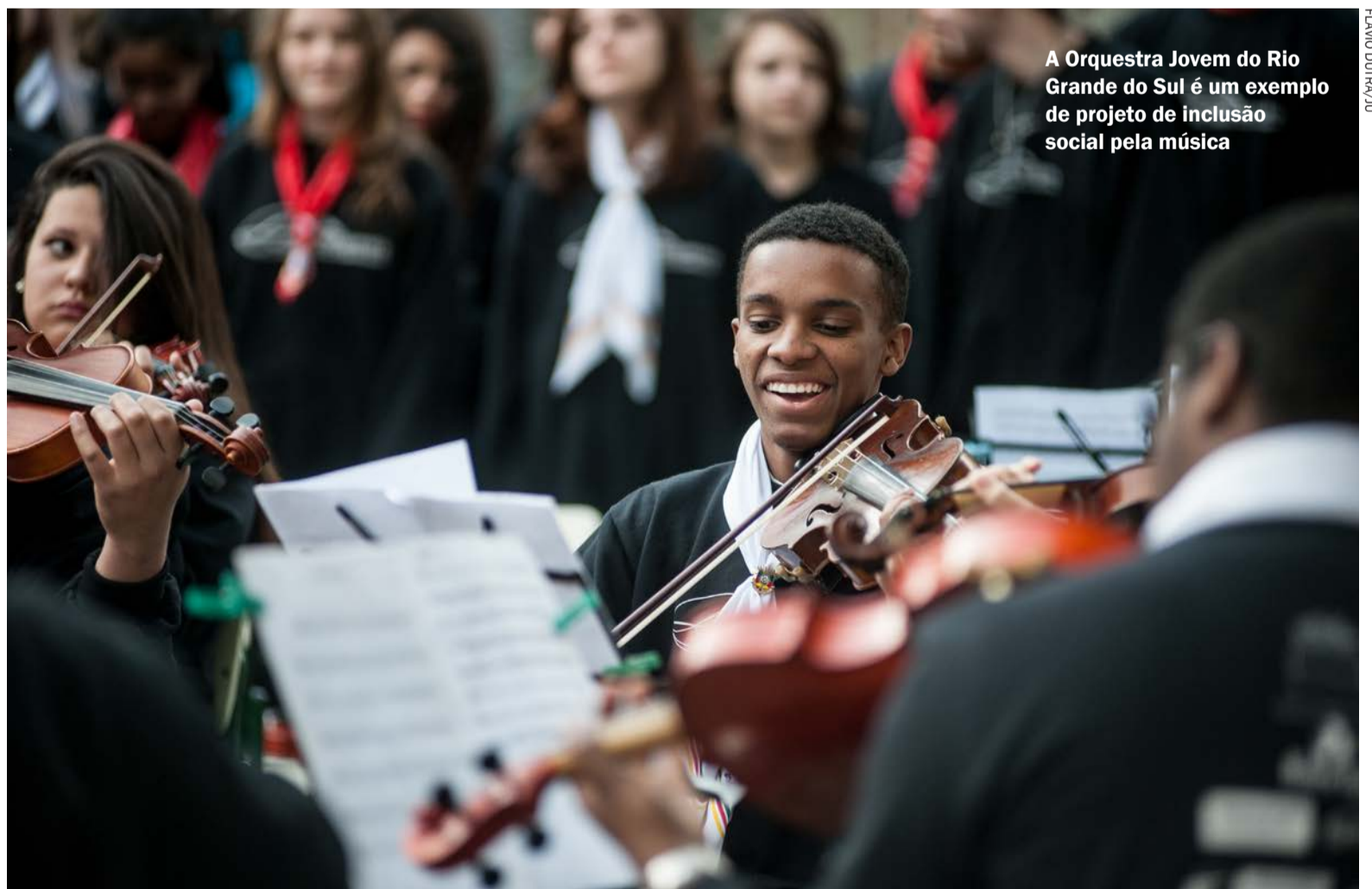
A Escola Estadual Oscar Pereira, na Zona Leste da capital, é uma das unidades de educação que já recebeu a metade dos instrumentos de sopro e percussão para formar uma orquestra estudantil. O colégio, que ficou conhecido pelo escândalo das obras malfeitas na metade do ano passado e cujo telhado foi reformado somente nas bordas, não tem uma sala especial

destinada aos instrumentos. Enquanto a direção busca uma solução, os equipamentos estão armazenados no laboratório de informática.

A Secretaria da Educação garante que está fazendo um levantamento das instituições de ensino que não possuem salas específicas para encaminhar verba para a compra de armários apropriados para o armazenamento dos instrumentos. Quanto à formação do conjunto musical, a escola terá de esperar um pouco mais.

“Ainda não há previsão de quando formar a orquestra, mas um professor de música foi nomeado recentemente. Além disso, segundo o que nos foi informado, as sete escolas de Porto Alegre que receberam os instrumentos vão ter docentes nessa área”, destaca a diretora Ana Regina Jardim.

A ideia da professora é convidar a regente e alguns alunos da Escola Heitor Villa-Lobos, da Zona Leste, que têm uma longa trajetória de trabalho com música e orquestra juvenil, para dar uma palestra a fim de motivar os estudantes a se candidatarem a ingressar no futuro conjunto. A Oscar Pereira já tem oficinas de música entre as atividades extraclasse: “Acho que não será difícil encontrar interessados”, finaliza Ana Regina.



A Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul é um exemplo de projeto de inclusão social pela música



# A força da sociabilidade

FLÁVIO DUTRA/JU



Para o criador da Escola de Espectadores, o teatro tem de brindar o público com a sua especificidade para se sobressair à TV e ao cinema

## Jorge Dubatti Crítico argentino diz que a força do teatro está em conhecimentos inexistentes nos demais campos da experiência

Jorge Dubatti é professor universitário, ensaísta e um dos maiores estudiosos do teatro argentino. Ele esteve na UFRGS para ministrar a palestra *El teatro de los muertos: teatro perdido, duelo, memoria en las prácticas y la teoría del teatro argentino*. Durante a atividade, organizada em maio pelo Departamento de Arte Dramática, o autor também fez o lançamento do livro *O espectador criativo: colisão e diálogo*. Simpático e atencioso, nesta entrevista exclusiva ao JU ele falou sobre o cenário do teatro mundial, as dificuldades em competir com a televisão e o cinema, além de tratar da Escola de Espectadores, projeto que criou em 2001, em Buenos Aires, e que se multiplicou por cidades como Montevideú, La Paz, Santiago do Chile, Medellín, Lima e Cidade do México. Espaço que concilia aulas sobre fundamentos das artes cênicas e debates com diretores, atores, produtores e técnicos, funciona em Porto Alegre desde março do ano passado, ligado à Coordenação de Artes Cênicas da capital.

*Ao afirmar que não se sabe onde o teatro acaba, o senhor usa o termo transteatralização. De que maneira isso afeta o dia a dia das pessoas?*

Utilizamos esse termo para definir que toda a ordem social está transteatralizada, especialmente em algumas atividades nas quais se concentra essa teatralidade: nos políticos, nos jornalistas, nos pastores das igrejas que estão na televisão. Hoje, tanto o poder como o mercado se sustentam em uma rede de informações, e quem a controla domina o poder e o mercado. As pessoas são o tempo todo atraídas por essa rede construída teatralmente. O princípio da teatralidade seria o da capacidade de organizar o olhar do outro para que vote nas eleições, para que compre, para que esteja de acordo ou contra alguma coisa. O importante seria que as pessoas tivessem consciência dessa rede, que está presente em todas as questões cotidianas. A transteatralização seria hoje uma exacerbação da teatralidade e tem muito a ver com a consciência contemporânea de quem domina os meios, a publicidade e o poder. Podemos dizer que a substância da realidade está teatralizada. Na Argentina, é impressionante como muitos dizem ser pastores brasileiros, e isso parece causar um impacto maior sobre as pessoas. Aí entra o fato de que, para dominar a teatralidade, muita gente está estudando teatro. São políticos, jornalistas, pastores. Esse fenômeno nos afeta porque o tempo todo estamos sendo tomados e organizados a partir dessas informações.

*A Escola de Espectadores é uma criação sua que já se estendeu a Porto Alegre. Qual o objetivo desse projeto?*

Trata-se de dar aos espectadores ferramentas para que possam multiplicar a sua relação de posse e de multiplicação com o teatro. Podemos dizer que, quando se tem mais ferramentas, se desfruta

muito mais do teatro. Por exemplo, para alguém que verá uma peça de Nelson Rodrigues, saber quem é, quando escreveu a obra, quando a dirigiu pela primeira vez contribui para ampliar o seu conhecimento teatral. Há um desfrute muito maior quando se possui um repertório consistente de elementos para dialogar com a obra. Esses elementos têm a ver com a técnica, com a história, as idiossincrasias de cada país. Por outro lado, o objetivo é armar uma massa crítica, um conjunto de gente com que se possa contar para fazer algo. Essa massa produz uma coisa muito importante que é o boca a boca e se multiplica em uma rede de oralidade que é o que mantém o teatro vivo hoje. Não são tanto os críticos com suas recomendações nem os meios de comunicação, mas, sim, uma rede na qual eu chego e digo: “Tchê, viste tal coisa? Não perca!”. Conversar com outra pessoa, algumas vezes, faz com que a gente resolva assistir ao espetáculo. Estas seriam as grandes funções da Escola de Espectadores: por um lado, dar ferramentas; por outro, construir uma massa crítica; e, ainda, contribuir para o boca a boca como grande instituição que mantém vivo o teatro.

*O que o teatro precisa fazer para atrair um público que está cada vez mais ligado a produções televisivas e cinematográficas?*

O teatro tem de lidar da melhor maneira possível com aquilo que só ele pode dar: sua especificidade. Se o teatro quiser imitar a televisão e o cinema, sempre estará atrás. Em contrapartida, quando identifica a potência de sua própria linguagem e singularidade, e chega à excelência dessa potência, ninguém o para. Transforma-se em um espaço de acontecimento específico. A grande

diferença em relação à linguagem da televisão e do cinema é que o teatro propõe um acontecimento diferente, que eu gosto de chamar de convívio. Os grandes teóricos da tecnologização dizem que quanto mais tecnovívio (relação vinculada aos objetos ou a certas tecnologias), maior a necessidade de convívio. O teatro preserva a resistência no convívio e, dentro dele, produz metáforas com o corpo. Alguém com o seu corpo começa a produzir imagens e gerar palavras, e isso o cinema e a televisão não fazem. Nós vemos um corpo vivo que se transforma em convívio, então aparece uma linguagem única. Quando o teatro explora essa linguagem, se torna imprescindível.

*O senhor afirma que o teatro argentino mudou após a ditadura. O que mudou? E quais são as principais dificuldades do teatro em seu país na atualidade?*

Um dos desafios fundamentais é a construção de um espaço de memória, e uma das coisas mais fortes do teatro argentino é a memória pós-ditadura. Outra coisa é o desafio de enunciar os novos problemas sociais, pois na pós-ditadura as questões sociais mudaram. Um problema do período atual é o desafio do pós-neoliberalismo – assim chamamos na Argentina –, que seria, fundamentalmente, o teatro construir territórios de subjetividade alternativa e outras maneiras de pensar o mundo. Como se pudéssemos dizer que o teatro constrói um espaço de habitabilidade, um espaço de outras regras de sociabilidade. Por isso, diria que o grande desafio do teatro hoje é a sua transformação em uma via política, em uma forma de viver, em uma maneira de se relacionar com o mundo e com a ideia de

construção de um território de subjetividade alternativa. Alternativa a outros campos de subjetividade, como poderia ser o neoliberalismo, as imposições da macropolítica em nível mundial ou a globalização. O teatro seria, nesse sentido, um espaço de resistência, resiliência e transformação.

*Brecht pregava um teatro que propiciasse a participação do público. O teatro, no Brasil, como se caracteriza? O público é instigado a ser ativo?*

Observo o mesmo que em Medellín, Santiago ou Buenos Aires. Não há uma linha de teatro, mas sim uma proliferação. Há um fenômeno que chamo de “cada louco com o seu tema”, que seria a criação de formas muito diferentes, como o circo, a narração oral, a dança, o teatro de rua. O que é próprio do teatro mundial, neste momento, é esse estágio. Foi produzido um fenômeno paradoxal que é a internacionalização da regionalização. Os campos teatrais estão trabalhando regionalmente. O grande modelo internacional seria o trabalho regional. O que não impede que haja, em pequena escala, um teatro de globalização ou de “sucursalização”, que se apresenta principalmente nas grandes capitais do mundo. Mas esse teatro é menor e dirigido a uma parcela da burguesia transnacional que tem os mesmos gostos e preocupações em Tóquio, México e Rio de Janeiro. À parte dessa linha, que é muito pequena, os campos teatrais agem de outra maneira, que seria uma maneira micropolítica.

*O senhor afirmou que o teatro sabe coisas que outros campos de experiência, como o cinema e a televisão, não sabem. Que conhecimentos são esses?*

São muitas coisas. Há um grande maestro argentino chamado Mauricio Kartun que disse: o teatro “teatra”. Ele quis dizer que o teatro é o único que, na totalidade de seus acontecimentos, rege os seus processos. O cinema e a literatura não teatram, então o específico do teatro seria a totalidade desse acontecimento de teatrar. Eu resgataria um elemento que me parece muito importante: quando alguém vai ao teatro, não apenas observa sinais, mas também a presença. Observa a ordem vivente, se põe em contato com o corpo vivo, atravessado pelo real. Aí está uma das coisas diferentes das artes tecnoviviais: a conexão com o fenômeno da vida e a percepção do real nos corpos vivos. Isso talvez seja o mais interessante, pois no cinema há signo, no teatro, corpo vivente em reunião. Creio que isso seja a grande revolução do teatro, que quanto mais haja tecnologização mais se põe em relevância o contato com a cultura viva, com o que não pode ser capturado tecnologicamente e com o real nos corpos vivos. Por isso, o teatro hoje tem tanta força.

Gabriel Jesus E. Brum, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



# Uma nova ordem em construção

JEFF GOLDMAN/FICKR - LICENÇA CC BY-NC-SA 2.0



A China sediará o Novo Banco de Desenvolvimento, fundo pelo qual os BRICS podem emprestar uns aos outros em caso de crise financeira

## BRICS Países que compõem o bloco oficializam a criação de um banco próprio

Em dezembro de 1945, um grupo de homens brancos de origem europeia e norte-americana se reuniu, nos Estados Unidos, durante a Conferência de Bretton Woods, para criar o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Em julho deste ano, dois orientais, um africano, um europeu e uma mulher latino-americana se reuniram no Brasil, durante a VI Conferência da Cúpula dos BRICS, para oficializar a fundação do Novo Banco de Desenvolvimento. Um fundo monetário criado para financiar projetos de infraestrutura em países emergentes, pouco importantes, subdesenvolvidos ou simplesmente esquecidos quando da Conferência de Bretton Woods.

**A sigla** – O economista estadunidense Jim O’Neil cunhou a expressão BRICS (até então o “s” era para designar o plural de BRIC), em 2001, a fim de apontar os países emergentes que possuíam capacidade para superar as grandes potências econômicas em, no máximo, cinquenta anos. Brasil, Rússia, Índia e China eram, respectivamente, os países citados. Em 2006, a sigla deixou

de ser apenas uma classificação de nações que possuíam características econômicas similares para tornar-se um mecanismo político. O resultado foi uma maior cooperação econômica e política entre os quatro países. A partir de 2011, o “s” abandonou sua função condicionante de número para agregar a África do Sul (em inglês, *South Africa*) ao acrônimo.

Segundo o professor de Relações Internacionais da UFRGS e historiador Paulo Fagundes Visentini, “os BRICS assumiram a sigla na crise que impactou o sistema financeiro internacional em 2008 e 2009”. Representando 21% do PIB mundial, 42% da população da terra e 45% da força de trabalho, conforme a revista *Carta Capital*, o grupo se destacou por ter enfrentado a crise sem dívidas, além de prestar auxílio financeiro às nações desenvolvidas. Para Visentini, “isso foi algo historicamente inédito: os países em desenvolvimento ajudando os países ricos”.

**Objetivos diferentes** – O projeto de criar um fundo monetário dos BRICS vem sendo discutido desde 2012, contudo, só foi oficializado em julho desse ano, na sexta cúpula dos BRICS, em Fortaleza. Apesar das semelhanças de funções do Banco Mundial e do FMI, o professor de economia da UFRGS André Moreira Cunha aponta diferenças substanciais entre as instituições, afirmando que, “enquanto o Banco Mundial foi criado para tratar da reconstrução do pós-guerra e dos financiamentos de longo prazo e o FMI para financiamento de curto

prazo de países com dificuldade em suas contas externas, o que está sendo proposto agora, esse *Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)*, é um fundo pelo qual os bancos centrais desses países podem emprestar uns aos outros em casos de crise financeira”.

O NBD possui um capital subscrito de US\$ 50 bilhões, dividido igualmente entre os membros fundadores, e US\$ 100 bilhões de capital autorizado, que indica quanto o valor total poderá atingir. Os empréstimos contemplarão também países emergentes que não participam da sigla. Entretanto, os BRICS irão conservar sempre, pelo menos, 55% de participação conjunta. Os países desenvolvidos terão, no máximo, 20% e, fora dos BRICS, nenhum país deterá mais do que 7% de participação. André compara esses acordos com os equivalentes nas instituições de Bretton Woods. “No FMI e no Banco Mundial, o tamanho depende do capital do fundo. Cada vez que se aumenta o capital do fundo, os aportes que os países dão são feitos de uma forma a manter o poder atualmente existente, que está concentrado nos Estados Unidos e na Europa”. O banco dos BRICS veio, portanto, como resposta aos esforços que as nações emergentes tinham feito para aumentar o poder de voto no FMI e no Banco Mundial, que nunca cederam a essas demandas. Por isso, para o economista, “existe um simbolismo nisso. O NBD tem um caráter mais equânime: todos têm um peso igual, todo mundo aportou o mesmo capital. Qualquer alte-

ração precisa ter anuência dos outros quatro sócios”.

O Novo Banco de Desenvolvimento oferece, também, certa autonomia aos projetos, inexistente, segundo Paulo Visentini, nas instituições fundadas em Bretton Woods. “O negativo do FMI é que, para se tirar dinheiro dele a juros baixos, o país é obrigado a seguir as políticas econômicas impostas pela instituição, que, historicamente, sempre foram antidesenvolvimentistas”, enquanto nos BRICS a ordem máxima é incentivar o desenvolvimento. De modo independente, “os BRICS querem continuar tendo fundos para o desenvolvimento de projetos que não sejam definidos por países de primeiro mundo, mas sim pelos próprios emergentes”.

“Os BRICS não têm uma tendência de confrontação com a ordem estabelecida”

Paulo Visentini  
Professor de Relações Internacionais

A China sediará a instituição, a se instalar em Xangai. A Índia terá o direito de indicar o primeiro presidente, que mudará de cinco em cinco anos, sendo o Brasil o próximo a designar alguém para o cargo, seguido de Rússia, África do Sul e China. O presidente do

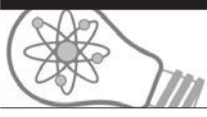
Conselho de Governadores será escolhido pela Rússia, e o Brasil será o primeiro país a indicar alguém para presidente do Conselho de Administração do banco.

**Relação entre as ordens** – Muito se especulou a respeito do caráter de contestação que o NBD teria frente aos EUA e à Europa (fundadores do FMI e do Banco Mundial). Apesar dos receios que permeiam as decisões do grupo, Paulo garante que “os BRICS não têm uma tendência de confrontação com a ordem estabelecida”. Segundo o historiador, “eles ainda dependem dos norte-americanos e europeus. A Rússia exporta muito para a Europa, e a China exporta muito para os EUA, não querem um confronto direto”.

As razões que impulsionam esse arrojado, entretanto, buscam mais do que uma tentativa de solução para os atuais problemas no sistema multilateral de comércio, e envolvem, conforme Visentini, três motivos: “O medo da instabilidade financeira; o combate ao protecionismo do ocidente; e um aspecto político muito importante: os BRICS procuram evitar que novas Líbias aconteçam”, remetendo-se à intervenção sofrida pelo país asiático, em 2001, autorizado pela ONU. “Com a intervenção, a Líbia se fragmentou completamente, se tornando quase um Afeganistão.” Mas o especialista reitera que “os BRICS não buscam confronto, afinal de contas, o tempo trabalha a seu favor” em alusão aos números que mostram a China como maior economia do mundo em um futuro muito próximo. Segundo recente pesquisa do Banco Mundial, o país oriental tem a possibilidade de ultrapassar, ainda este ano, a até então inalcançável economia dos Estados Unidos.

**Um revés histórico** – Quanto aos lados negativos, o professor de Relações Internacionais é taxativo: “Eu não vejo absolutamente nada de negativo e, olhando de onde vem a crítica, é mais uma prova de que os BRICS agiram corretamente”. O cenário político e econômico atual, que inverte toda a lógica regida até o momento, viabiliza, para Visentini, um revés histórico: “o mundo vai ser diferente ao longo do século XXI. É a hora de esses povos colonizados no passado, esses países periféricos darem a sua colaboração à humanidade. Durante 500 anos eles deram uma contribuição econômica. A riqueza que existe no hemisfério norte foi construída devido à força dos escravos, que trabalharam no nordeste do Brasil, na África, no Caribe. Há uma reversão histórica, um movimento que vai do sul para o norte”. Quanto à participação tupiniquim, enfatiza: “O Brasil deve se credenciar como um BRICS sério e que acompanha a decisão dos outros países”.

Gabriel Nonino, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico



# Comer sem faca

## Nutrição Ativistas e especialistas debatem a adoção de dietas saudáveis (vegetarianas ou não)

Samantha Klein

O gaúcho seria menos gaúcho se não tivesse o churrasco como um dos símbolos mais marcantes do seu povo. Se considerarmos os costumes alimentares dos índios charrua, que povoavam os pampas e contribuíram para a herança dos sul-rio-grandenses, a afirmação é verdadeira. Porém, se essa tribo tivesse sido essencialmente formada por agricultores e vegetarianos, provavelmente esse hábito alimentar não teria sido incorporado à cultura gauchesca.

A alimentação é um hábito culturalmente construído – com ou sem facas para se cortar um bife. Assim, o fato de incorporar ou não o insumo à nutrição humana é uma escolha. Ao mesmo tempo denota que não é necessariamente um mau hábito. Tudo pode ser relativo em relação à dieta vegetariana ou carnívora, segundo a presidente do Conselho Regional de Nutrição, Carmen Kieling Franco.

Da mesma forma, a nutrição desprovida de carne ou produtos de origem animal será tão saudável quanto variada. A chave da boa alimentação está na combinação entre vitaminas, proteínas, carboidratos e o mínimo possível de gorduras. A nutricionista, porém, destaca que o esforço para manter uma dieta saudável será muito maior ao se suprimirem carnes e ovos. Os vegetais têm os minerais necessários para o corpo humano, no entanto, a biodisponibilidade deles é menor.

“É fácil observar a carência de vitaminas e casos de anemia entre vegetarianos porque a carne é muito rica em ferro e B12. A disponibilidade de ferro, quando o alimento é de origem animal, é maior, mesmo que em um vegetal esse ingrediente exista na mesma quantidade”, ressalta. Além disso, ao buscar o elemento químico, é fundamental acrescentar a vitamina C, que potencializa a absorção.

**O vilão revelado** – Apesar de inúmeras pesquisas mostrarem os efeitos nocivos da carne para a saúde, a controvérsia persiste. Alguns cientistas têm sugerido que, se destituído da gordura, um bife pode ser consumido diariamente sem qualquer problema. Esse foi o resultado do estudo comandado pelo pesquisador Iran Castro, do Instituto de Cardiologia do RS. O médico constatou que o consumo

de carne vermelha não altera os níveis de pressão arterial e as taxas de colesterol, desde que a ingestão seja moderada.

“O que realmente faz mal é a carne processada, por causa do excesso de sódio, assim como a capa de gordura dos pedaços selecionados para o churrasco. É verdadeiro que o consumo de frutas e verduras é muito melhor, porque elas são naturalmente saudáveis. Por outro lado, a carne resolve o problema da anemia e aumenta o valor cognitivo em crianças que estão em desenvolvimento”, destaca.

O levantamento já finalizado contou com a participação de 70 voluntários. A equipe do Instituto de Cardiologia constatou que o índice de colesterol dos participantes não superou o nível 200 mg, considerado limite para pessoas sem qualquer doença cardíaca. Além disso, o colesterol bom (HDL) melhorou, enquanto o colesterol ruim (LDL) não sofreu qualquer tipo de mudança drástica.

**Nova polêmica** – Outro problema grave associado ao consumo da carne ainda é invisível para a medicina e a área de análises químicas. Ao consumir carne, a L-carnitina – substância reverenciada em academias por queimar gordura – pode se transformar em óxido de trimetilamina, metabólito relacionado ao entupimento das artérias e aos consequentes problemas cardíacos. O tema surgiu com um estudo publicado na conceituada *Nature Medicine* no ano passado.

Porém, a questão é muito polêmica. Alguns especialistas afirmam que outros alimentos, como o peixe, também apresentam a molécula, mesmo que em níveis muito menores. A orientação do cardiologista

Iran Castro é a observação do histórico do paciente. “Se uma pessoa tem parentes com problemas cardíacos, não há solução a não ser evitar o consumo da carne. Mas se não é esse o caso, um bife não faz qualquer mal”, pondera. Ainda sem data para começar, a L-carnitina será alvo da próxima pesquisa do professor.

**Vegetais e esportes** – A prática de esportes de alto rendimento exige doses elevadas de ingestão de alimentos ricos em carboidratos, proteínas e lipídios. Portanto, presume-se que as dietas dos atletas devam ser ricas em massas e carnes. Porém, uma alimentação balanceada, com muitos vegetais, pode suprir as necessidades nutricionais de um esportista. Conforme a nutricionista especialista em esporte Carolina Guerini de Souza, em termos de aptidão física e metabolismo, não existem diferenças significativas entre um esportista não vegetariano e um vegetariano. A professora do curso de Nutrição da UFRGS, porém, alerta para as necessidades nutricionais muito mais diversificadas daqueles que não consomem carne.

“Para pessoas que não comem carne e não ingerem outras fontes proteicas de alto valor biológico, existe uma perda na manutenção e no desenvolvimento da massa muscular, um prejuízo na hipertrofia e na recuperação muscular pós-exercício, da mesma forma que o desempenho em exercícios de força e de longa duração pode ser afetado”, sustenta.

**Razões éticas** – A opção por uma alimentação sem carne, na maioria das vezes, é feita por questões ideológicas, embora religiões, como o hinduísmo, também influenciem na opção pela abstenção desse

produto. Some-se a isso o fato de que o questionamento sobre a necessidade do abate de animais para a sobrevivência do ser humano tem adquirido força, trazendo como resultado o aumento de adeptos ao vegetarianismo, por exemplo. Esse modo de se alimentar, que não exclui fundamentalmente o consumo de ovos e leite, pode evoluir para o veganismo. Veganos são aqueles que repudiam a exploração de animais para a alimentação ou qualquer outro costume que envolva a utilização de matéria-prima deles derivada, como roupas de couro, ou, ainda, a promoção de festejos, como os rodeios, em que são maltratados.

A socióloga e ativista do veganismo Eliane Carmanin contesta a preocupação excessiva em relação aos componentes nutricionais, uma vez que a nutrição no ocidente, em geral, é repleta de componentes prejudiciais à longevidade. “Nossos hábitos culturais nos levam a uma dieta alimentar bastante inadequada.

Pomos em questão as deficiências alimentares dos vegetarianos e veganos ao mesmo tempo que tomamos refrigerantes e muitos cafezinhos, comemos muitos doce e alimentos com conservantes provenientes da agricultura transgênica, cheia de agrotóxicos, sem questionarmos a fonte desses produtos. Da mesma forma comemos muito sal, gordura e dormimos pouco”, argumenta.

Para o filósofo Antonio Henriques, o lado político-social do consumo de carne deve ser considerado. O professor de Filosofia da ESPM considera o consumo elitista por desperdiçar enormes extensões de terra para a produção de gado de corte. “Com um pequeno pedaço de terreno, podemos alimentar muitas pessoas, já a dieta carnívora é cara e desperdiça recursos naturais. A vaca viva alimenta mais gente ao produzir leite, iogurte. Morta, pode alimentar apenas algumas bocas. Nesse sentido, a religião hindu tem um fundamento prático”, ressalta.

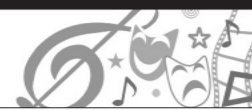
## Quando é preciso deixar o vegetarianismo

A adoção de dietas vegetarianas tem sido relacionada a benefícios à saúde, incluindo menores taxas de morte por doenças cardiovasculares, diabetes e certos tipos de câncer. Porém, o professor Antonio Henriques precisou abandonar a dieta vegetariana há duas décadas. Pesquisador das culturas orientais e adepto da prática e do ensino de ioga, ele não consome carne vermelha há quarenta anos. Mas seu ritmo de vida o obrigou a modificar os hábitos alimentares.

Ao conciliar os movimentos suaves e harmoniosos da ioga com as contínuas viagens a trabalho e as atividades como sindicalista do Centro dos Professores do RS (CPERS-SindicatoRS), Henriques mantinha uma alimentação pobre em vitaminas. “Muitas vezes, passava dias comendo arroz e batata frita nos municípios do interior, já que era muito raro encontrar algum restaurante vegetariano. Por isso, aliado a outros problemas de saúde, a orientação médica foi desistir da dieta.” Henriques decidiu adotar o consumo de frutos do mar, já que, pela filosofia oriental, os peixes são permitidos por não terem alma. Nos churrascos, leva um pedaço do alimento fresco para a churrasqueira. “O problema é que está na moda comer peixes, e o pessoal geralmente quer um pedaço também”, se diverte.



**Café Bonobo, no Bom Fim, propõe alimentação vegana, baseada em ingredientes sem qualquer origem animal**



# A rua em profundidade

**Ciências Sociais**  
*Obra analisa os novos repertórios de mobilização que marcaram os protestos em 2013*

Indignação, perplexidade, esperança. Ninguém ficou indiferente diante da efervescência social que tomou conta das ruas do país em junho de 2013. Desde o início, representantes de diferentes setores da sociedade tentaram dar interpretações próprias ao fenômeno, por vezes com o objetivo de introduzir suas demandas. Mesmo um ano depois, os acontecimentos ainda carecem de análises aprofundadas e distanciadas das paixões que os protestos geraram. O livro *#protestos: análises das ciências sociais* apresenta dez artigos com diferentes perspectivas do movimento. Os pesquisadores trabalham as motivações, as características, os atores sociais envolvidos e os efeitos das manifestações.

A concepção do livro teve início em um seminário realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS ainda durante o mês de junho. A partir das discussões, os textos foram trabalhados até o fim do ano. A obra foi lançada em junho passado, um ano depois dos movimentos. “Há muitos relatos jornalísticos dos acontecimentos, que são importantes, mas não são uma recuperação analítica. Os cientistas sociais têm outros elementos, como quadros teóricos e categorias analíticas para ajudar a entender o processo. O livro saiu um ano depois e não perdeu nada da atualidade”, conta o pesquisador e professor do



FLAVIO DUTRA/AEQUINO JU - ABR/2013

Departamento de Sociologia da UFRGS Antônio David Cattani, organizador da obra.

Os articulistas apresentam uma visão crítica dos novos repertórios de ação das manifestações de junho. A ausência de uma demanda comum e a velocidade de ampliação do movimento estão entre as características que diferenciam o processo de qualquer outro fenômeno social da história brasileira. Marcelo Kunrath Silva, também professor de Sociologia da UFRGS e coordenador do grupo de pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento, é autor do primeiro artigo. Ele analisa o modo como as tecnologias da informação e da comunicação estariam oportunizando estruturas de mobilização menos

dependentes das organizações sociais e de seus mediadores: “O que a gente observa nesse processo de junho é um ativismo que não é militante. As pessoas não estão ali comprometidas a permanecer por longo tempo. São pessoas mobilizadas individualmente pelas suas redes de sociabilidade, e não a partir de redes de militância”.

Não foi um acontecimento único, apesar de ter ocorrido ao mesmo tempo. Com a leitura dos artigos é possível entender mais o que se passou no Brasil como um todo a partir do olhar de pesquisadores atentos ao cenário gaúcho. Porto Alegre teve papel importante no processo, já que foi onde as demandas por melhoria no transporte coletivo e pela redução



## #protestos: análises das ciências sociais

Antônio David Cattani (organizador)  
 Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014  
 120 páginas  
 R\$ 27 (preço médio)

das tarifas – primeiras reivindicações dos protestos – começaram a ganhar força. As últimas páginas da obra trazem uma cronologia dos fatos, desde eventos isolados nos últimos anos que culminaram nas manifestações de junho até a diminuição do número de participantes nos meses seguintes. Além disso, apresenta uma nota do Bloco de Lutas Pelo Transporte 100% Públi-

co, em que o movimento esclarece as suas motivações e questiona a ação violenta da polícia durante os protestos. O livro não se propõe a dar interpretações conclusivas ou unificadas sobre o movimento, mas fornece ferramentas para que o leitor tire suas próprias conclusões.

Martina Nichel, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



## Paisagens da Metrópole da Morte

Otto Dov Kulka | São Paulo: Companhia das Letras, 2014  
 160 páginas | R\$ 26 (preço médio)

## Sobrevivendo no inferno

“Para quem vive na guerra, a paz nunca existiu” é o que diz a música *Negro Drama*, do grupo de rap brasileiro Racionais MC's. A canção descreve as dificuldades de ser negro no Brasil. Dadas as abissais proporções, o livro *Paisagens da Metrópole da Morte*, do historiador israelense Otto Dov Kulka, narra a experiência de uma criança que passou a infância em Auschwitz e que também julgava a paz inexistente. O holocausto, com a sua “imutável lei da morte”, no mais iníquo campo de concentração nazista, transmitia ao então garoto uma realidade terrivelmente corriqueira. O texto mescla ensaio e relato, romance e história, memória e imaginação. E, como costuma acontecer em lembranças, nem tudo fica claro. Há uma atmosfera nebulosa em que os relatos estão imersos. Afinal de contas, são acontecimentos e crueldades que nem o romancista mais sádico seria capaz de escrever. Fuga e sorte se confundem quando Kulka, ainda garoto, vive uma surpreendente sucessão de acontecimentos que o levam à beira da

morte, para em seguida, sem nenhum motivo especial, ser salvo. O israelense reuniu áudios e diários que carregou por todos esses anos, além de um artigo sobre o tema. Tido como o maior relato sobre Auschwitz desde Primo Levi, o texto dialoga com grandes obras com a mesma temática, como *Shoah*, o clássico documentário dirigido por Claude Lanzmann. Sempre fiel à característica peculiar de não se ater a nenhuma estética, o autor oscila entre os tenebrosos castigos impostos pelos agentes da SS e o céu azul de inverno ostentado na Metrópole da Morte, que transmite calma ao menino de 11 anos. O mote, entretanto, segue com as impressões causadas pela maior tragédia do século XX em Auschwitz e no gueto Theresienstadt. O olhar fantástico de uma criança se junta à realidade dissecada por um historiador maduro, produzindo reflexões sobre um período que Otto Dov Kulka desistiu de tentar esquecer e começou a mostrar, como uma cicatriz indelével que já não sangra, mas incomoda. (Gabriel Nonino)



## O Rei de Amarelo

Robert W. Chambers | Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014  
 256 páginas | R\$ 20 (preço médio)

## Marco autorreferente

Um livro que não deve ser lido. É esse o cartaz que circunda *O Rei de Amarelo*. Em uma aura autorreferencial, a obra confere a si, ao longo de seus contos, a responsabilidade de levar à loucura quem a lê. De acordo com o jornalista e escritor Carlos Orsi, cujos comentários contextualizam e auxiliam o leitor a sorver o máximo possível dos textos, a publicação apresenta uma rede de referências internas que abarca desde personagens até localizações geográficas.

Escrito por Robert W. Chambers no final do século XIX, os dez contos que compõem a publicação são instigantes, reflexivos e envolventes. Metade da obra apresenta o estilo fantástico, enquanto a segunda parte possui caráter realista. Chama a atenção a qualidade narrativa que o autor consegue manter ao longo de seus escritos, apesar da natureza tão diversa que apresentam. O principal mérito do livro é que Chambers desenvolve as histórias de maneira a tornar imprevisíveis os desfechos,

prendendo o leitor até a frase derradeira.

Responsável por influenciar diversos escritores, a obra inspirou, recentemente, o roteirista Nic Pizzolatto a escrever a série televisiva *True Detective*. Aclamada pela crítica, a produção da emissora norte-americana HBO conta com o protagonismo dos atores Matthew McConaughey e Woody Harrelson – interpretando os detetives Rust Cohle e Marty Hart, respectivamente. Na trama, os policiais são convidados a depor sobre uma sequência de assassinatos ocorridos anos atrás, em que a chave para a conclusão passa pelo mítico “rei amarelo”. Se no seriado Cohle se destaca com as suas frases filosóficas e digressões sobre a vida, é no conto *O reparador de reputações* que se encontra o personagem mais singular do livro. O modo como Sr. Wild é descrito e a relação que ele estabelece com a sua gata são exemplos que ilustram o motivo de *O Rei de Amarelo* ser considerado um marco na literatura mundial. (Gabriel Jesus E. Brum)



# Clássicos para todos

## Literatura

### Adaptações de clássicos ainda geram discussões e fazem repensar o ensino adotado nas escolas

Lançar versões simplificadas de clássicos da literatura é uma prática comum ao redor do mundo. No Brasil, mais recentemente, o tema tem despertado polêmicas – sobretudo na comunidade acadêmica. A última, ocorrida no primeiro semestre do ano, colocou a escritora Patrícia Secco no centro da discussão. O anúncio de seu projeto *Os Clássicos e a Literatura*, desenvolvido com verba pública, rapidamente dividiu opiniões e rendeu severas críticas à autora e à qualidade de seus livros.

Patrícia lançou, em junho, os contos *O Alienista*, de Machado de Assis, e *A Pata da Gazela*, de José de Alencar, em versões simplificadas. Na época, mais de seis mil brasileiros assinaram uma petição online que solicitava ao Ministério da Cultura que impedisse “a alteração das palavras originais nas obras da língua portuguesa”. Ao contrário das adaptações comuns do mercado editorial, nas quais é feita uma reformulação completa da forma como o texto é apresentado, as obras da autora mantêm as estruturas e os enredos dos originais, havendo apenas a substituição de algumas palavras e expressões.

Professor de Literatura do curso pré-vestibular Unificado e colunista de Zero Hora, Pedro Gonzaga é favorável à prática das adaptações

quando há um bom entendimento da linguagem da obra e uma maior compreensão do público-alvo. Segundo ele, esse foi o grande problema da polêmica envolvendo a escritora. “Ela não está traduzindo Machado de Assis para uma nova linguagem, ela está simplificando sem ter um propósito claro e, num trabalho de literatura, a linguagem é tão importante para a obra quanto o conteúdo”, argumenta, apontando defeitos na seleção do Ministério da Cultura. “Se o governo tem esse dinheiro para investir no desenvolvimento de produção da leitura, é muito mais simples promover edições com um bom glossário, voltadas para as escolas brasileiras”, acrescenta. Conforme aponta a professora convidada do PPG-Letras Maria da Glória Bordini, esse tipo de processo traz consequências para a formação de novos leitores. “Só descomplicar por descomplicar é desestimular a formação de um leitor mais crítico, capacitado e competente”, assinala.

**Épicos acessíveis** – Com o objetivo de oferecer a um leitor menos experiente a oportunidade de ter um primeiro contato com clássicos literários, as adaptações são feitas e aceitas há muito no mundo todo. Os épicos de Homero são exemplos mais antigos dessa modalidade de texto – *Iliada* e *Odisseia* foram adaptadas e recontadas de inúmeras maneiras ao longo da história, substituindo a linguagem original em versos pela prosa. Nos países de língua inglesa, as adaptações de clássicos literários são, na maioria das vezes, voltadas para o consumo de estrangeiros ou de estudantes de idiomas. As adaptações para o público interno costumam ser comercializadas sem gerar polêmica ou resistência – geralmente adquiridas

por pais e avós e assimiladas como meios de reprodução dos valores e da cultura do seu país.

Outro exemplo famoso é o do jornalista e escritor inglês Charles Lamb, que publicou, em 1807, em parceria com sua irmã Mary, um livro chamado *Contos de Shakespeare*, destinado a crianças. Os dois fizeram uma versão em prosa das peças do consagrado autor. Para os jovens de língua inglesa, o primeiro contato com os textos mais aclamados da literatura dramática ocorreu por meio dessa adaptação, atualmente considerada igualmente clássica. O trabalho teve grande sucesso e foi amplamente traduzido pelo mundo afora, inclusive no Brasil. “Muita gente se encantou pela literatura quando teve contato lá pelos onze anos, na escola, com os grandes clássicos adaptados. Eles leram *Os Lusíadas* ou *Romeu e Julieta*, por exemplo, numa linguagem simples, que preservava apenas o enredo”, aponta Suzana Bins, professora de Literatura do Centro de Ensino Pastor Dohms. Na opinião de Maria da Glória, trabalhos como esses são fundamentais, pois habitam o jovem desde cedo a conhecer as histórias mais nobres da literatura universal: “Um clássico é aquele que nos informa a respeito do passado, de como as pessoas pensaram em outros lugares, em outros tempos e dos mitos que foram criados e circulam na nossa sociedade, às vezes sem sabermos de onde vêm”, analisa.

No Brasil do final do século XIX, o empenho era fazer com que os leitores tivessem acesso a clássicos universais que não fossem apenas uma tradução do texto original. Era comum ocorrer apenas a transmissão da literatura de tradição estrangeira, e somente com Monteiro Lobato essa situação seria alterada.

Foi ele o responsável por trazer para o leitor relatos populares e personagens folclóricos, como o Saci Pererê. “Monteiro Lobato foi um grande escritor que soube criar um tipo de adaptação adequada à criança brasileira. Ele reuniu o universo ficcional de determinados clássicos com outro universo ficcional, que era o do Sítio. Ele cativou o leitor criança para temas aos quais ele quase não teria acesso normalmente”, assinala a professora Maria da Glória.

**Neoleitores** – Em 1997, houve o grande rompimento na tradição brasileira de adaptações. A editora Scipione anunciava ao mercado-escola o lançamento de uma série de clássicos nacionais adaptados. Entre os títulos estavam *O Ateneu*, de Raul Pompéia, adaptado por Carlos Heitor Cony, e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, adaptado por José Louzeiro. Assim como na polêmica atual com a escritora Patrícia Secco, críticos, professores e escritores se dividiram a respeito do anúncio do lançamento. Os principais questionamentos foram os mesmos: “Para quem são feitas essas adaptações?” e “Qual a finalidade?”.

Segundo Suzana, as adaptações têm como objetivo viabilizar a compreensão de uma obra literária clássica que estaria além da capacidade de compreensão e cognição do leitor. “Se eu tenho um leitor principiante, com muitas dificuldades de vocabulário, uma boa adaptação pode fazer chegar a ele um clássico a que, por essas suas deficiências, talvez ele nunca tivesse acesso”, pontua. Na maioria dos casos, esse tipo de leitor se encaixa na definição do termo neoleitor – jovens com acesso irregular à escolaridade ou adultos recém-alfabetizados. Maria da Glória considera que há propósitos

diversos para a adaptação, e o mais comum é ser o texto destinado a jovens leitores. “É claro que a obra é insubstituível, mas, se o leitor não tem condições de poder usufruir dessa obra, ele tem o direito de ter uma introdução a ela”, comenta a professora, que também aponta aspectos negativos para a prática. “O problema é que, como vivemos numa sociedade muito hedonista e voltada para o conforto, às vezes, a adaptação substitui para sempre essa leitura, e isso não é uma atitude formativa.”

Voltada aos neoleitores, a coleção *É Só o Começo*, da L&PM, foi lançada em 2010 e idealizada como uma tradução dos clássicos não somente entre duas línguas (como inglês e português), mas entre registros de linguagem distantes. Entre os doze títulos adaptados, há clássicos da literatura mundial e nacional. Doutor em Literatura Portuguesa pela UFRGS, Pedro Gonzaga adaptou dois volumes para a série – *O Médico e o Monstro*, de Robert Louis Stevenson, e *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe. “A ideia era diminuir sensivelmente o tamanho do livro, mas tentando manter o conteúdo da história na transposição”, explica. Para ele, a formação do novo leitor é o pretexto principal da coleção, e por isso é aceitável que se percam o traço literário e mesmo parte da história para que esse fim maior seja alcançado.

**O leitor na escola** – A história recente do ensino de Literatura no país é caracterizada por privilegiar um contato indireto e formal com a disciplina. Maria da Glória avalia que a tendência das aulas tem sido de focalizar apenas em dados históricos e escolas literárias. “Não acho que seja errado saber como era o século XIX no Brasil, por exemplo, mas não se pode ficar só aí. As pessoas acabam não lendo os livros, apenas ouvem e repetem informações sobre eles, e isso evidentemente não forma um leitor”, observa. De acordo com ela, o principal motivo do desinteresse dos jovens pelos clássicos é a falta de um projeto de ensino que envolva leitura e discussão em sala de aula.

Vencedora do Prêmio RBS de Educação de 2013, a professora Suzana é um exemplo oposto a essa inclinação. “O papel de um professor de Literatura é o de mediador da leitura, alguém que vai pegar o texto como ele é e ajudar o aluno a entendê-lo da forma como está escrito”, pondera. No ano passado, a educadora fez uma reforma completa no programa de Literatura do ensino médio do Centro de Ensino Pastor Dohms, focando em um ensino que torna os alunos capazes de identificar a construção, a ideologia e a intertextualidade de cada obra. Dessa forma, ajudou a desenvolver o senso crítico nos alunos com roteiros de leitura e aulas inteiras que incentivaram a participação e a discussão dos temas dos livros.

Manoella van Meegeen, aluna do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



Modelo em gesso feito por Auguste Rodin para o busto de Victor Hugo, autor de *Os Miseráveis*, exposto no Museu Rodin, em Paris



## Meu Lugar na UFRGS



### Resgatando a memória

Na primeira vez que a bibliotecária-chefe Sandra Gomes foi até o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), em 1998, o seu primeiro pensamento foi “Meu Deus, onde eu vim parar?”. Se o Câmpus do Vale já parece um lugar remoto, o IPH é ainda mais isolado. Para se chegar à biblioteca do Instituto é preciso descer na última parada de ônibus do Câmpus e subir uma lomba até o prédio de ensino do IPH. Mas, 16 anos depois, ela não pensa em deixar o lugar, mesmo tendo que vir todos os dias de Canoas. “Eu preciso pegar o ônibus integração em Canoas, depois o trem, mais um ônibus no centro de Porto Alegre e ainda o circular da UFRGS. É uma viagem, demora duas horas na ida e na volta”, conta.

Sandra teve a oportunidade de ser transferida para uma biblioteca mais próxima, mas a paixão que desenvolveu pelo IPH ao longo dos anos fez com que continuasse trabalhando no local. “Vejo a biblioteca como se fosse a extensão da minha casa. Criei um vínculo com as pessoas que trabalham comigo e quero que ela esteja sempre bonita para apresentá-la aos frequentadores. Aqui o ambiente é bastante descontraído e me proporciona poder agir da forma como eu sou, e ser eu mesma no meu trabalho é muito importante pra mim”, explica. O contato com a natureza é outro diferencial que fez a bibliotecária permanecer no Instituto. “Um dia desses, postei para as minhas amigas a foto de uma revoada de pássaros e disse que não é todo mundo que consegue trabalhar olhando para isso”, comenta.

O gosto pelo lugar é tamanho que Sandra levou a história do IPH como caso de estudo da sua dissertação de mestrado em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle. “Eu entrei após duas bibliotecárias se aposentarem, a Jussara Silva e a Jussara Barbieri. Elas estavam na época da fundação

da biblioteca e me passaram muito dessa memória da instituição. Assimilei essas histórias e quero passar esse conhecimento adiante”, compartilha. Na biblioteca estão guardados documentos com fotos e estudos antigos que são únicos e que não podem ser digitalizados, devido aos direitos autorais. Seu objetivo é criar um catálogo por meio do qual a comunidade possa ter acesso a resumos desses documentos.

Nos últimos anos, Sandra destaca que a digitalização trouxe uma grande diferença para as bibliotecas, acelerando as atividades, auxiliando no gerenciamento dos empréstimos e na própria aquisição dos livros. Para os alunos, a mudança também foi significativa porque antigamente se precisava ir até a biblioteca pedir cópias de artigos e hoje se pode ter acesso a tudo isso pelo computador. Porém, ao contrário do que se imagina, os alunos ainda querem o espaço da biblioteca e têm uma forte relação com os livros. “A gente sabe que as bibliotecas são um suporte muito importante para a instituição e para os alunos, tanto que existe um projeto de fazer uma biblioteca única aqui no Vale, e a comunidade acadêmica já foi consultada duas vezes para ver se o IPH deseja fazer parte, mas a maioria não quer. As pessoas acreditam que a biblioteca pertence à unidade”, ressalta.

Faltando oito anos para se aposentar, Sandra diz que ainda tem muito a fazer pela biblioteca e pensa em ficar além da sua aposentadoria no local. “Não sou o tipo de pessoa que quer ir para casa fazer crochê, sou muito ativa. Se tiver como, fico mais tempo aqui observando a revoada de passarinhos”, conclui.

Laura Pacheco dos Santos

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

## Perfil

# Do Paraguai ao Brasil

### Luis Segovia Professor trouxe para a UFRGS a competição de pontes de espaguete

“A UFRGS foi sempre o núcleo em torno do qual a gente girava.” É difícil separar a história do professor da Engenharia Civil Luis Alberto Segovia da sua trajetória na UFRGS. Mesmo tendo nascido na cidade de Assunção, capital do Paraguai, Segovia teve contato com o Brasil desde criança. Aos 10 anos, se mudou com a família para Isla Margarita, cidade que faz fronteira com o Brasil em Porto Murinho, no Mato Grosso do Sul, quando seu pai decidiu trabalhar como médico rural. Devido às condições muito precárias da cidade paraguaia, a família acabou morando no lado brasileiro, mas os estudos continuaram a ser feitos do outro lado da fronteira.

Pelo contato com a cultura brasileira, aprendeu a falar o português e a admirar o carnaval. “A infância por lá foi muito divertida, inesquecível. No Paraguai não se comemora o carnaval, mas como a cidade era de fronteira se organizavam festas no clube local. Eu e os meus amigos ficávamos nos blocos das crianças e nos fantasiávamos de índio e pirata. Eu adorava isso”, lembra.

**Mudança definitiva** – No ano de 1985, decidiu se mudar para o Brasil e concluir o curso de Engenharia Civil na UFRGS como aluno convênio, após já ter cursado dois anos da faculdade no Paraguai. A dificuldade em conseguir a equivalência de créditos fez com que começasse a graduação novamente,

realizando todo o curso no Brasil. Logo após a sua chegada, conheceu Macarena, intercambista do Chile que cursava Administração na Universidade, com quem mantém um relacionamento de 28 anos. “Pra tu veres, como em tudo entra a UFRGS no meio da nossa história”, reforça. Logo no segundo ano de namoro, o casal resolveu morar junto em um apartamento na Cidade Baixa, bairro que adotaram em Porto Alegre e onde vivem até hoje. “O que nos atraiu foi o movimento, o bairro da boemia. A vida noturna é muito boa, e nós somos muito festeiros. A gente já se sente em casa”, conta.

Após concluir o curso de Engenharia Civil na Universidade, Segovia recebeu uma proposta de emprego em um banco de Assunção. A vontade de seguir carreira na academia, porém, foi mais forte, o que o fez decidir unir seus dois prazeres: a engenharia e a docência. O interesse em ensinar começou quando estudava engenharia no Paraguai e dava aulas para estudantes do ensino médio. A influência da carreira de sua mãe, que era professora, também foi um dos fatores decisivos para que ele seguisse na academia. “Minha mãe era professora de Matemática e, além de lecionar no colégio, dava aula particular na nossa casa. Cresci nesse cenário. Isso me influenciou porque era uma visão bonita para uma criança ver outras aprendendo, e com minha mãe as ensinando!”, compartilha. Em 1990, entrou para o mestrado da UFRGS e começou a concretizar a carreira docente.

**Pontes de espaguete** – Em 1997, foi aprovado no concurso para professor assistente da UFRGS no curso de Engenharia Civil, ministrando disciplinas relacionadas à mecânica de estruturas. Com o tempo, Luis percebeu as críticas dos alunos quanto à falta de atividades

mais práticas no início do curso. “Quando ingressei na UFRGS, eu e outros colegas já queríamos fazer uma atividade diferente da aula tradicional, algo mais divertido. Também gosto da aula mais tradicional, mas não acho que precise ser um processo sofrível. Então começamos a pensar algo em que os alunos pudessem usar todo o conhecimento aprendido no curso, mas que ainda não fosse tão profissional”, comenta.

A partir de 2004, passou a organizar uma competição de pontes de espaguete a cada semestre como uma atividade relacionada às suas disciplinas, mas aberta a outros estudantes. “No processo todo, os alunos desenvolvem habilidades que estão muito além do que a gente consegue passar em sala de aula, como pôr em prática a habilidade de trabalhar em grupo e tomar decisões, já que o problema não tem uma única solução. Eles também aprendem a trabalhar com um cronograma restrito e com recursos limitados”, explica.

**Viagem ao exterior** – Há oito anos, as férias de Luis e Macarena têm destino marcado: Paris. “Depois da primeira vez que fomos para lá, já sabíamos que teríamos de voltar. Apaixonamo-nos pelo lugar.” Neste ano, vão tirar férias em outubro e conhecerão a cidade no outono. “Agora só vai faltar ir na primavera”, brinca.

Macarena foi aprovada em um concurso para trabalhar na UFRGS, e os dois estão estudando francês no Instituto de Letras, mostrando mais uma vez a importância da Universidade na vida do professor. “Ela fala francês melhor do que eu, mas já consigo pedir o meu vinho em francês, e é isso que importa para mim”, comenta sorrindo.

Laura Pacheco dos Santos, aluna do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU

### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



# Sou do tempo em que o Guaíba era um rio

FOTOS E TEXTO **LUIS EDUARDO ROBINSON ACHUTTI**

Nossos gostos ou decisões às vezes aparecem meio desfocados, há opções que vão se revelando no processo, com o passar dos anos.

Nasci e morei por pouco tempo no bairro Cidade Baixa, depois fomos para o Menino Deus, quando então tínhamos um superDKW. Nas idas e vindas lembro, vagamente, que a avenida Bastian margeava o Guaíba. Minha memória dizia, até, que havia dunas, mas meu pai me corrigiu outro dia – dunas talvez não, a vegetação é que era alta e eu baixo. Ainda mais dentro do DKW. Por isso não conseguia ver o rio que ficava muito perto da minha casa, no final da rua, lá onde depois “plantaram” um shopping.

Criança, nunca tivemos casa na praia. Nas férias íamos a lugares diferentes, mas a minha primeira praia foi no Rio Guaíba, com pouca largura de areia, no Clube dos Médicos, na Ponta Grossa.

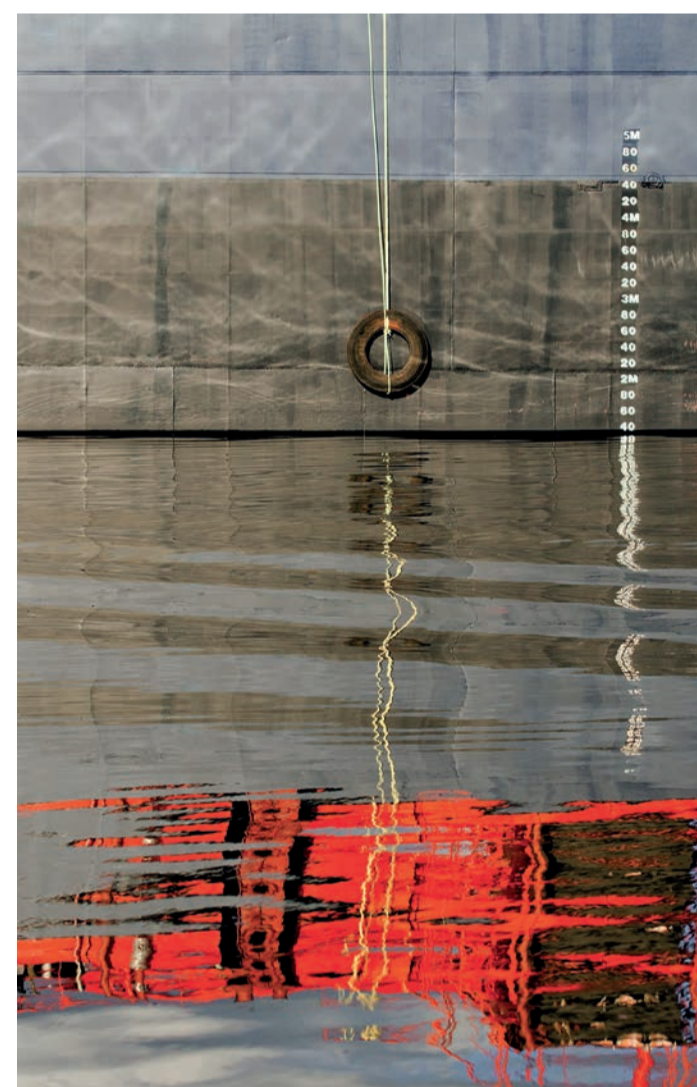
Porto Alegre foi uma cidade pacata e singela durante mais de uma década da minha existência. Os primeiros cachorros-quentes de rua eram um programa que meus pais, exultantes, nos levavam. Ali na avenida Borges tinha um muito bom. Também uma das primeiras pizzarias, na rua Ivo Corseuil, em Petrópolis, a Pizzaria Palazzo, que coisa bem boa! Mas o programa de fim de semana era subir o morro da TV, de DKW, para nos orgulharmos da cidade e do rio vistos do alto. Talvez os adultos gostassem de apreciar o pôr do sol, mas eu só lembro da altura do mirante, e quão imponente era a minha cidade.

Quase adulto, não sei de onde, resolvi remar no GPA – não, não estavam ainda na moda os seres bombados –, sei lá porque fui, talvez por causa do Rio Guaíba. Achei muito complicado remar, ainda mais tendo que esconder no calção um cigarro e um isqueiro para acender sozinho lá, quase no pé da ponte. Definitivamente, para atleta eu não servia.

Na faculdade, tudo foi um sonho no começo: assuntos e amigos novos. Li no jornal Correio do Povo que tinha um veleiro velho à venda, atracado no Iate Clube Guaíba. Fiz as contas e pensei que, dividindo entre os meus melhores amigos da faculdade, talvez fosse possível comprar. Chegamos a visitar, subir, sonhar. Depois revelou-se uma bobagem, não deu em nada.

Vou envelhecendo, fazendo livros de fotos, quando consigo, e os faço sempre em homenagem, como fiz ao Iberê Camargo e depois ao Xico Stockinger, dois dos principais artistas da minha grande cidade. Se ela já era grande, com o passar do tempo ficou maior... tão maior que seus poderosos decidiram que o Guaíba deveria tornar-se um lago.

Pouco importa, faltava um livro que homenageasse o Guaíba. Faltava a minha própria homenagem ao rio que vi do alto, à minha primeira praia – rio de projetar sonhos de criança, adolescente e jovem adulto. Agora, consegui do meu jeito e como eu quis: olhei o Guaíba como pude, esperando que os outros sigam olhando e também rendendo suas homenagens.



## LUIS EDUARDO ROBINSON ACHUTTI

É PROFESSOR DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. O LIVRO *GUAÍBA POR ACHUTTI* FOI LANÇADO EM MAIO PASSADO E UMA PARTE DAS IMAGENS DA PUBLICAÇÃO SERÁ EXPOSTA NA ÁREA EXTERNA DO CÂMPUS CENTRAL, ENTRE A FACED E O ANTIGO BAR DA FILOSOFIA, DE 9/9 A 10/10.





Cotidiano das salas de aula no meio rural se caracteriza por relações mais próximas e uma pedagogia mais integradora



# Muitos aprendizados

**N**a oposição entre cidade e campo, o senso comum ainda associa este ao atraso e aquele ao progresso. O século XX foi marcado por uma industrialização que atraía a população para os grandes centros urbanos; no caso do Brasil, restou, na zona rural, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 16% da população do país – índice esse que nos anos 1950 era de 64%. Como legado desse processo, ficou o imaginário de camponeses que se pareceriam muito ao Jeca Tatu de Monteiro Lobato e Mazzaropi: desengonçado, ignorante e malvestido – como as caracterizações usadas nas festas juninas para representá-los. Nesse sentido, é da cidade que sempre pareceram vir os modelos a serem seguidos: tanto é que, desde o século XIX, aqueles que tinham posses e se pretendiam bem constituídos intelectualmente iam para as urbes – no Brasil e no exterior – buscar um refinamento que não poderia vir daquelas paragens tão verdes e, por isso, selvagens; o espírito era

civilizar-se, e acabou reforçado até mesmo pela concepção da ciência positivista, que relegava os saberes populares a um lugar menor. Na educação, isso não foi diferente.

“Muitas vezes o que vai para as escolas rurais é o que sobra das escolas da cidade”, constata a professora Claudia Duarte, coordenadora da Licenciatura para Educação do Campo no Câmpus Litoral Norte da UFRGS, não só a respeito de elementos mais concretos, como o mobiliário, mas também em um sentido mais amplo. “Isso tem afetado de maneira geral a identidade do sujeito do campo, que vê no urbano uma qualidade de vida melhor que a dele”, diz. Esse imaginário é tão forte que acaba por mascarar as agruras da vida urbana, sobretudo para uma parcela bastante significativa de pessoas originárias do interior que acaba à margem por não se adaptar às dinâmicas do novo contexto.

É apenas mais recentemente, a partir da articulação de movimentos sociais e de um conjunto de reivindicações por mudanças políticas, que esse processo parece ter tomado um novo rumo. Começaram a ganhar visibilidade e atenção, desde os anos 1980, a agricultura familiar, a produção ecológica e outros modelos alternativos ao agronegócio – este baseado em propriedades de grandes dimensões. Era preciso, porém, mudar a situação também no âmbito da formação dessas pessoas no que se refere à educação escolar obrigatória – desde 2009, dos 4 aos 17 anos – para que, para elas, a permanência no campo fosse uma alternativa. Exemplo de políticas com esse fim é a resolução do Ministério da Educação que, desde 2012, destina recursos específicos às escolas públicas da zona rural que tenham a partir de quatro alunos – inclusive para que não deixem de funcionar. Segundo o documento expedido em agosto daquele ano, a intenção é melhorar as condições dessas unidades escolares e, assim, gerar uma elevação do desempenho escolar.

No caso do Rio Grande do Sul, o sistema de escolas

## Educação

*Nos últimos anos, as escolas públicas do campo têm recebido atenção especial para incentivar seu trabalho e evitar o fechamento*

mantidas pelo estado inclui cerca de 670 unidades que atendem prioritariamente crianças que residem no campo. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, estão vinculados a elas em torno de 260 mil alunos e 5,6 mil professores. Para compreender um pouco dessa realidade, o Jornal da Universidade foi até o Litoral Norte, abrangido pela 11.ª Coordenadoria Regional de Educação – a que concentra o maior número de escolas do campo. Com sede em Osório, abarca 13 municípios situados entre Torres, ao norte, e Mostardas, ao sul. São 44 instituições educacionais, com um total de pouco mais de 3.500 estudantes. Serviram de referência para esse entendimento as escolas Elisabete Grégis, com dez alunos e situada no distrito Colônia do Fraga, no município de Caraá, e Josefina Maggi Boff, com 63 alunos e localizada em Morro Azul, interior de Três Cachoeiras.

## TEXTO

EVERTON CARDOSO

## FOTOS

FLÁVIO DUTRA

# Mais do que salas de aula

Cinco estudantes de primeiro ano; cinco de segundo; seis de terceiro; apenas uma sala de aula e uma professora – assim, agrupando crianças de três idades distintas, funciona a turma de alfabetização na Escola Josefina Maggi Boff, no Morro Azul. Eram tempos de Copa do Mundo quando a professora Miriam Cardoso chamou todos para que se sentassem no tapete próximo ao quadro-negro. Uma a uma, as crianças contaram primeiro o que fizeram no fim de semana; depois, foram lembrando os jogos que aconteceram no dia anterior. Ao mencionar os países, a professora perguntava onde ficavam e, imediatamente, os alunos se levantavam para apontar no mapa mundi pendurado na parede a localização das nações. Depois de relembrem alguns detalhes e o placar de dois a um da seleção brasileira sobre a Colômbia, conversaram sobre o choque que lesionou o craque Neymar e o quanto a atitude do jogador Zuñiga teve de desleal e antidesportiva. Cada estudante, então, recebeu uma folha em que deveria escrever um texto que tematizasse um dos tópicos da conversa: o fim de semana, a partida de futebol ou o incidente com Neymar. À primeira vista, poderia parecer um disparate dar a crianças de níveis de desenvolvimento tão diferentes uma mesma tarefa. Como esperar que os alunos de primeiro ano, ainda não alfabetizados, cumprissem a mesma proposta que aqueles do outro extremo, o terceiro? “Cada qual faz a atividade conforme o que sabe”, esclarece a docente ao dar as

instruções. Imediatamente, todos baixaram a cabeça e, tomando seus lápis, puseram-se a escrever.

Aos poucos, os estudantes mais experientes foram produzindo seus textos e, afinal, preencheram todas as cerca de 20 linhas da folha com seus escritos em letra cursiva. Dos cinco alunos de primeiro ano, apenas dois estavam na aula: um deles escreveu em letras compostas por ‘palitinhos’ um pequeno parágrafo que não ultrapassava as cinco linhas; o outro, ainda menos familiarizado com as palavras e mais à vontade com as letras, ia compondo do seu jeito uma sequência de caracteres que, de alguma forma, davam conta do que pretendia escrever – mesmo que algumas das letras fossem esquecidas. “Ne-; como se escreve?”, ajudava-o a professora quando a intenção era grafar o nome do craque da partida do dia anterior. “E agora, o que vem?”, indagava, referindo-se à letra ípsilon. Mas se engana quem pensa que, enquanto Miriam auxiliava o menino, os demais se aproveitavam da desatenção da docente: cabisbaixos, escreviam; apenas se dispersavam de quando em quando para dirimir dúvidas. “Eles se ajudam muito”, comenta a docente. Terminada a atividade, alguns estudantes atenderam ao convite da professora para lerem seus textos em voz alta para o grupo. “É para desenvolverem habilidades de expressão oral”, explica.

“O Ronaldo conhece 16 letras, escreve o nome e canta o alfabeto”, relata sobre o menino que está no primeiro ano. É usando parâmetros

bastante específicos que Miriam vai observando cada um de seus alunos dos três anos e registrando em que estágio de desenvolvimento se encontra. “Por isso temos as escadinhas dos saberes”, diz apontando para um conjunto de cartazes na parede. “Escrever o nome” consta no topo de um deles. Logo abaixo, num diagrama em forma de degraus, etiquetas com os nomes dos alunos assinalam o quanto já se desenvolveram nesse aspecto – se escrevem somente as iniciais ou se o nome completo. Também há escadinhas para a grafia de palavras, para a organização de frases, para a produção de textos e outros aspectos da alfabetização. Com experiência em educação infantil e séries iniciais, mas apenas desde o ano passado com mais de uma turma na mesma sala, Miriam diz que, aos poucos, foi aprendendo a lidar com a nova realidade. Entre as maiores dificuldades com esse processo, aponta o ensino da matemática, já que enquanto alguns ainda aprendem a grafar os algarismos outros já deveriam estar aprendendo a multiplicar e dividir. “Seria preciso ter pelo menos um monitor”, reivindica. Entre os aspectos positivos desse aprendizado, a professora destaca o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, já que em muitos momentos precisam desenvolver atividades sem a sua atenção.

**De aluno em aluno** – Com uma experiência de 32 anos de magistério, Mara Leal foi, por quase 20 anos, diretora e professora de uma

pequena escola “mais lá para cima” – referindo-se ao isolamento Serra do Mar acima, onde mora e onde ficava a escola em que lecionava antes de vir para a do Morro Azul. Tal como aconteceu com a população rural brasileira, o número de alunos foi decrescendo com o passar do tempo: depois de ter 20 estudantes, a escola foi fechada por ter apenas sete. Tendo trabalhado por todo esse tempo com grupos de alunos que englobavam até quatro turmas diferentes, ela diz ter sido sua maior dificuldade a necessidade de trabalhar o conteúdo de forma globalizada. Para tal, faz coro ao que diz Miriam: “Como ensinar divisão para o terceiro e não para o segundo?”. Na avaliação da professora, sempre uma turma sai perdendo com a multisseriação, enquanto a outra sai ganhando. “Tem o aluno bom, que ganha, que aprende ambos os conteúdos. Mas para o que tem mais dificuldade fica difícil”, justifica. E completa: “É preciso ‘voar’ para dar conta daquele que terminou antes”. No número reduzido de alunos, porém, ela vê uma vantagem: é possível perceber as diferenças e particularidades de cada estudante. “O professor consegue passar de aluno em aluno, o que, numa turma de 30, não é possível”, constata.

A responsável pelas 44 escolas do campo sob responsabilidade da 11.ª Coordenadoria Regional de Educação, Luciane Rocha, diz ser a proposta de reorganização das turmas por ciclos uma forma de trabalhar de maneira mais eficiente com a nova política do estado de não fechar as

escolas menores situadas nesses contextos rurais. “O objetivo é não tirar as crianças do campo, de seus lugares de origem”, justifica. Segundo essa nova política, quando houver menos de 10 alunos em alguma série, as turmas devem ser agrupadas como forma de viabilizar a alocação de um professor para esse trabalho. Baseados nas etapas de desenvolvimento, os ciclos agrupam os estudantes segundo suas idades: no primeiro, as crianças entre 6 e 8 anos; no segundo, aquelas que têm de 9 a 11; e no terceiro aquelas entre 12 e 14. “A intenção é qualificar esse processo de agrupamento que já existia”, argumenta. A partir dessa nova perspectiva pedagógica, não há reprovação dentro de um ciclo. A criança teria, então, três anos para atingir os objetivos propostos para a fase. Caso isso não aconteça, tem mais um ano para fazê-lo, sendo que pode avançar a qualquer tempo, se o professor assim julgar apropriado em razão dos resultados obtidos.

**Morar na escola** – A realidade do professor do campo tem, além da organização diferente do espaço de sala de aula, outras particularidades. Salete dos Santos, por exemplo, não só trabalha na Escola Elisabete Grégis: mora nela. Originária de Santo Antônio da Patrulha, a primeira vez que a professora soube da escola situada na Colônia do Fraga, a 30 minutos em estrada de terra da sede do município, foi num encontro em que ouviu o depoimento de Fátima Dávila, diretora da escola e, então, única professora. “Ela disse que era

**Nas escolas rurais Elisabete Grégis, em Caraá, e Josefina Maggi Boff, em Três Cachoeiras, os alunos já são agrupados em turmas multisseriadas – que, a partir do próximo ano, adotarão o sistema por ciclos de aprendizagem. Os professores trabalham com ensino integrado que pretende desenvolver nos estudantes espírito coletivo e autonomia. Essa forma de organização também serve para viabilizar a gestão de escolas pequenas**



# ula

muito sozinha, que fazia tudo dentro da escola. Achei que poderia ajudar, que poderia trazer um conforto maior, deixar menos tarefas para ela. Pedi a transferência”, conta. “Queria me aposentar”, revela, “mas não tive coragem. Adoro o que faço.” Mas a vinda de Salete para Carará lhe reservava uma experiência nova. Como residia em Santo Antônio da Patrulha, a professora teria dificuldade para chegar à escola pela manhã: teria de depender da carona de uma colega ou tomar um táxi. “Conversando com a Fátima, sugeri a possibilidade de morar na escola, para ficar mais perto”, diz. Foi então que a sala ao lado do refeitório, que vinha sendo usada como depósito de mobiliário antigo, se tornou um lar. “Assim, construí meu ‘cafofô’. Nos primeiros dias, dormi em colchões de ar. Depois, adquiri cama, colchão e fui montando tudo. Trouxe um ‘quatro em um’ – fogão, pia, geladeira e armário – que tinha sido comprado para meu filho”, relata. “Pretendo trabalhar o tempo em que ainda puder coordenar bem minha tarefa”, diverte-se. O carinho dos alunos tem sido, entre tudo o que tem vivido, o sentimento a que Salete mais dá importância: eles chegam cedo à escola ou vêm no turno inverso ao da aula e lhe fazem companhia. “Estou tendo oportunidade de colocar meu lado avô em prática, de recebê-los com carinho. Eu os coloco no tapete, cubro com cobertor, quero fazer com que gostem mais da escola, que se beneficiem do que podemos proporcionar”, compartilha.

## Rompendo paradigmas

De acordo com a coordenadora do curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza, oferecido no Câmpus Centro da Universidade, Andreia Dalcin, a relação com o campo se baseia fortemente em um mito de que quem está no interior tem vida paupérrima. Para desconstruir essa lógica é que, entre as políticas criadas pelo Ministério da Educação, está a elaboração de cursos superiores de formação de professores voltados para essa realidade. “A escola é o espaço que está faltando para as pessoas se organizarem no meio rural. Onde se organizam, há cooperativas ou movimentos sociais, têm saída”, diz sobre um papel que exigiria de um professor preparado para exercer funções diferentes daquelas que normalmente exerce na cidade. Nesse contexto, Andreia pensa que seja função da Universidade atuar como um ente articulador entre as diferentes esferas sociais e, também, fazer um movimento de aproximação com as comunidades. “É uma aposta numa nova lógica de formação de professores que queremos experimentar”, salienta.

O modelo de curso está pautado por duas características que são comuns às diversas graduações do gênero no Brasil: formação por área do conhecimento e pedagogia da alternância. O primeiro princípio traduz a especificidade da formação, que mesmo sendo voltada para determinada área mantém um caráter interdisciplinar e amplo no sentido dos conteúdos e das abordagens a serem desenvolvidas com os futuros professores. Já a pedagogia da alternância diz respeito a uma maneira de trabalhar que pretende articular a formação acadêmica com a inserção do graduando em sua comunidade de origem. Os espaços de formação do educando estão além dos muros da universidade. De acordo com a coordenadora da mesma licenciatura no Câmpus Litoral Norte, Cláudia Duarte, essa maneira de trabalho demanda uma articulação entre o tempo de aprendizado na universidade e atividades de pesquisa de campo. É por isso que o aluno vai ter períodos concentrados de aulas na UFRGS, intercalados com momentos em que estará executando tarefas de maneira autônoma. “Enquanto no tempo-universidade o acadêmico constrói seu conhecimento com as teorias, no tempo-comunidade ele deve articular conhecimentos adquiridos com a atividade local”, explica. Isso tudo com acompanhamento dos professores da Universidade, que deverão fazer visitas periódicas de acompanhamento e orientação. “Nós é que vamos até eles”, diz Claudia sobre a dinâmica que pretende incluir processos de investigação por parte dos alunos.

“Esse curso é resultado de uma luta dos movimentos sociais por uma educação de qualidade no campo”, afirma a docente. “Há muitas escolas isoladas”, completa, “não só pela distância, mas relegadas a segundo plano. O curso pretende desconstruir esse paradigma, reforçado pela mídia e pelas políticas públicas.” Exemplo do tipo de discussão a ser levantada durante esse processo de formação é a da disciplina Educação Popular na Perspectiva do Campo, que será coordenada pelo professor Paulo Albuquerque. A partir da ancoragem territorial no campo, pretende pensar propostas de intervenção que levem os sujeitos daquele meio a uma condição de protagonistas em suas histórias. Entre os temas que serão debatidos: a produção da vida e da riqueza no campo, as culturas populares e o valor dos saberes populares na formação do conhecimento. “É uma outra epistemologia, que pretende desmontar a educação como sendo só o espaço urbano, vertical e científico”, resume.



# No campo por opção

Francelino de Moraes era motorista de caçamba da Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha e, no final dos anos 1960, saía para coletar saibro para tapar buracos nas estradas de terra do município. “Olha aqueles corvos”, dizia a filha Fátima Dávila, enfatizando bem o som agudo da letra ‘o’ inicial e que marcava o plural bem empregado. Em momentos de férias, acompanhar essas expedições pelo interior do município era a maior diversão de “Boneca” – como era chamada a menina. O pai, relembra a hoje professora, achava muito interessante que ela – urbana, nascida e criada no Bairro do Cartucho – se admirasse tanto com aquela paisagem e se referisse a ela com palavras tão incomuns quanto “riacho”. “Todos me chamavam pelo apelido e me davam presentes. Sentia-me querida por todo mundo”, rememora com ternura na fala. Assim nasceu o encanto pelo campo. Por causa da profissão da mãe, o magistério apareceu desde muito cedo na vida de Fátima, mesmo sem influenciá-la diretamente: Maria Mailde Moraes aposentou-se professora do município depois de ter lecionado por 30 anos. “A vida dela era muito corrida. Dava aula só num turno, mas tinha que fazer comida para a família, cortar lenha, fazer pão... Eu não recebia quase atenção”, conta.

Foi nas aulas da professora Nita – como era conhecida Erenita Lopes de Jesus – que a menina aos poucos adentrou aquele mundo que depois a fascinaria, o das letras. “Eu era muito chorona”, diverte-se sobre o medo que tinha de ser esquecida pela mãe na escola. Claro que o temor era acentuado pelas provocações dos colegas. Nas aulas, Fatiminha – outro de seus apelidos – era sempre a última a terminar

de copiar a lição do quadro. Dedicada ao extremo, logo atraiu a atenção da professora. “Um dia ela disse que o primeiro que terminasse de copiar ganharia uma bala Sete Belo. Comecei a chorar, pois sabia que jamais seria eu”, lembra-se. A professora, então, deu-lhe um prêmio de consolação: uma balinha de outro tipo. “Jamais vou esquecer disso”, diz sobre a marca que lhe deixou a primeira docente que conheceu para além do contexto doméstico.

A menina que se entretinha com panelinhas e comidinhas jamais pensara em seguir os passos da mãe, nem mesmo em suas brincadeiras. Foi somente no momento de dar continuidade aos estudos, ao terminar o ginásio, que ocorreu a Fátima a possibilidade de cursar a escola normal. A mais jovem de uma família de cinco irmãos, ela foi a única a ter dado continuidade a seus estudos naqueles anos. “A mãe dizia que não tinha condições de nos oferecer mais”, justifica. Foi observando o extremo capricho de Fátima que Laurinha, dez anos mais velha que a caçula, tomou para si a missão de custear com seu salário de balconista de um bazar os estudos da menina que não suportava ver um amassadinho ou uma orelha em qualquer de seus cadernos.

A escola normal era a única possibilidade: “Não sou muito propensa à matemática, sempre fui mais das letras. Gostava dos trabalhos bem enfeitadinhos, e o magistério preparava para isso”, conta. Mas se apressa em completar: “Não foi uma vocação, foi o que sobrou. Ou ficaria em casa!”. Tal era o entusiasmo de Fátima que, ao chegar à escola, não ficava com suas colegas na praça em frente ao Colégio Santa Teresinha. Imediatamente subia

à sala e escrevia alguma mensagem no quadro negro. “Era sempre algo positivo, de incentivo às colegas que já trabalhavam ou eram mães”, conta. O final dessa fase de sua vida, porém, não foi muito simples para a iniciante nas atividades docentes: fez estágio com uma turma de 25 alunos de terceiro ano no Grupo Escolar Gregório de Mendonça – escola em que terminara seus estudos antes do Normal. “Pedia silêncio, e eles não faziam. Diziam palavras, enfrentavam, subiam na classe. Foi muito frustrante, mas no final deu tudo certo: consegui conquistá-los”, recorda-se.

19 de março de 1984 foi o dia exato em que a então recém-formada professora começou de fato sua atuação profissional. Foram quatro anos à frente da quarta série da pequena escola de Alto Rio dos Sinos, hoje situado no interior de Caraá. “Minha mãe dizia que as gurias iam trabalhar no interior para depois voltar para a cidade, mas eu ia subindo”, diz sobre as trocas de trabalho que a levavam cada vez mais para longe dos núcleos urbanos. Ela se apressa em aclarar: “Eu gostava”. E foi em 1991, depois de aprovada em seu segundo concurso para o magistério estadual, que Fátima engrenou no rumo que seria o mais duradouro em sua vida: fora alocada na Escola Elisabete Grégis, na Colônia do Fraga, também em Caraá. “Vim para cá para ser professora, mas cheguei aqui e fiquei sabendo que a então diretora, dona Santinha, estava se aposentando”, conta sobre a surpresa que teve ao inteirar-se de que assumiria também a função de gestora da pequena escola de ensino fundamental incompleto. Na época, havia 30 alunos e uma professora para cada uma das séries,

mas as mudanças aos poucos foram ocorrendo: as colegas foram se aposentando, e Fátima foi incorporando as turmas à sua, já que também o número de alunos reduzia.

“Tive que aprender trabalhando”, diz sobre a então nova experiência de ter mais de uma série em uma única sala. “No início, a vontade era pegar a sacolinha e ir embora”, desabafa, “mas as crianças foram se ajudando, aprendendo umas com as outras. A série não corresponde necessariamente ao aprendizado.” Ao chegar, Fátima se instalou no prédio antigo da escola, que então servia de residência a ela e mais uma colega – que logo deixou o local por sua condição de saúde. Depois de conhecer o marido numa Festa do Feijão, casou-se e passou a residir com ele no mesmo lugar até que tivessem condição de construir uma casa. Hoje, a professora não acumula mais a função administrativa com a docência: Salete dos Santos é que dá conta das duas turmas multisseriadas; Fátima apenas responde como diretora da escola, que tem dez alunos. Isso sem contar a responsabilidade sobre um contingente de 30 indígenas que ocupa o espaço físico da Elisabete Grégis, mas que constitui um outro núcleo educacional pelas especificidades que o trabalho com eles exige: são alfabetizados em guarani e em português. Apesar das agruras da vida no interior – como as cheias do rio que chegam a impedir a realização de aulas –, Fátima é categórica: “Pensar em ir a uma escola na cidade me causa pavor. Aqui deixamos as portas abertas e não acontece nada. Os alunos demonstram respeito e reconhecimento pelo professor. Se começasse de novo, queria que fosse numa escola do campo”.

*“Aqui deixamos as portas abertas e não acontece nada. Os alunos demonstram respeito e reconhecimento pelo professor. Se começasse de novo, queria que fosse numa escola do campo”*

